



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PAUTA DA 36ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**09/07/2013
TERÇA-FEIRA
às 11 horas**

**Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Senador Anibal Diniz**



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 54ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 09/07/2013.**

36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Terça-feira, às 11 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	OFS 22/2013 - Não Terminativo -	SEN. ARMANDO MONTEIRO	8
2	OFS 29/2013 - Não Terminativo -	SEN. FLEXA RIBEIRO	57

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(45)(91)(92)(97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz

(27 titulares e 27 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B)			
José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 / 6391	1 Angela Portela(PT)(17)(102)(100)	RR (61) 3303.6103 / 6104 / 6105
Ana Rita(PT)(64)(63)	ES (61) 3303-1129	2 Lídice da Mata(PSB)(17)(64)(65)	BA (61) 3303-6408 / 3303-6417
Pedro Taques(PDT)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551	3 Jorge Viana(PT)(17)(15)(85)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Anibal Diniz(PT)(14)(84)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Acir Gurgacz(PDT)(69)(33)(32)(58)(60)(70)	RO (61) 3303-3132/1057
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	5 Walter Pinheiro(PT)(16)(88)	BA (61) 33036788/6790
Inácio Arruda(PC DO B)	CE (61) 3303-5791 / 3303-5793	6 Rodrigo Rollemberg(PSB)	DF (61) 3303-6640
Eduardo Lopes(PRB)(40)(41)	RJ (61) 3303-5730	7 Humberto Costa(PT)(20)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Randolfe Rodrigues(PSOL)(99)	AP (61) 3303-6568	8 Lindbergh Farias(PT)(104)(106)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Eduardo Suplicy(PT)(100)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	9 Wellington Dias(PT)(105)	PI (61) 3303-9049/9050/9053
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Eduardo Braga(PMDB)(59)(86)(48)	AM (61) 3303-6230	1 Romero Jucá(PMDB)(10)(12)(24)(59)(86)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Vital do Rêgo(PMDB)(9)(59)(86)(48)(23)	PB (61) 3303-6747	2 Roberto Requião(PMDB)(11)(44)(24)(59)	PR (61) 3303-6623/6624
Pedro Simon(PMDB)(59)(86)(48)	RS (61) 3303-3232	3 Ricardo Ferraço(PMDB)(61)(62)(73)(24)(59)	ES (61) 3303-6590
Sérgio Souza(PMDB)(59)(86)(48)	PR (61) 3303-6271 / 6261	4 Clésio Andrade(PMDB)(24)(59)(86)(22)(48)	MG (61) 3303-4621 e 3303-5067
Luiz Henrique(PMDB)(59)(86)(28)(48)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Valdir Raupp(PMDB)(86)(48)	RO (61) 3303-2252/2253
Eunício Oliveira(PMDB)(86)(34)(48)	CE (61) 3303-6245	6 Benedito de Lira(PP)(86)(48)	AL (61) 3303-6144 / 6151
Francisco Dornelles(PP)(86)(48)	RJ (61) 3303-4229	7 Waldemir Moka(PMDB)(86)(48)	MS (61) 3303-6767 / 6768
Sérgio Petecão(PSD)(50)(79)(82)(86)(49)	AC (61) 3303-6706 a 6713	8 Kátia Abreu(PSD)(67)(77)(50)(86)(49)(66)	TO (61) 3303-2708
VAGO		9 Lobão Filho(PMDB)(101)	MA (61) 3303-2311 a 2314
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Aécio Neves(PSDB)(80)	MG (61) 3303-6049/6050	1 Lúcia Vânia(PSDB)(30)(80)	GO (61) 3303-2035/2844
Cássio Cunha Lima(PSDB)(80)	PB (61) 3303-9808/9806/9809	2 Ataídes Oliveira(PSDB)(80)(81)	TO (61) 3303-2163/2164
Alvaro Dias(PSDB)(80)	PR (61) 3303-4059/4060	3 Cícero Lucena(PSDB)(80)(19)(98)	PB (61) 3303-5800 / 5805
José Agripino(DEM)(25)(51)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Paulo Bauer(PSDB)(26)(53)(51)	SC (61) 3303-6529
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(98)	SP (61) 3303-6063/6064	5 Flexa Ribeiro(PSDB)(98)	PA (61) 3303-2342
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PPL, PR)			
Armando Monteiro(PTB)(93)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	1 Gim(PTB)(93)(90)(13)(54)(74)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(71)(93)(95)(96)	RR (61) 3303-4078 / 3315	2 Eduardo Amorim(PSC)(89)(93)(18)(54)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(93)	ES (61) 3303-4161/5867	3 Blairo Maggi(PR)(27)(43)(42)(93)(75)(76)	MT (61) 3303-6167
Antonio Carlos Rodrigues(PR)(93)	SP (061) 3303.6510, 6511 e 6514	4 Vicentinho Alves(PR)(103)(57)(93)(56)	TO (61) 3303-6469 / 6467

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- (2) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- (3) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- (4) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- (5) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- (6) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- (7) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- (8) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

- (9) Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
- (10) Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
- (11) Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
- (12) Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
- (13) Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
- (14) Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
- (15) Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
- (16) Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
- (17) Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
- (18) Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
- (19) O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
- (20) Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
- (21) Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
- (22) Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme ROS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- (23) Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
- (24) Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
- (25) Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- (26) Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
- (27) O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- (28) Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
- (29) Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
- (30) Em 27.05.2011, a Senadora Lucia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
- (31) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (32) Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
- (33) Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
- (34) Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
- (35) Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
- (36) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
- (37) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (38) Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (39) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (40) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (41) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
- (42) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (43) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (44) Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).
- (45) Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
- (46) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (47) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (48) Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
- (49) Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
- (50) As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
- (51) Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
- (52) Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
- (53) Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
- (54) Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
- (55) Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).
- (56) Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
- (57) Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
- (58) Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
- (59) Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).
- (60) Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 092/2012-GLDBAG).
- (61) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

- (62) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
- (63) Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- (64) Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
- (65) Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
- (66) Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
- (67) Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
- (68) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (69) Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
- (70) Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
- (71) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (72) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (73) Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
- (74) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (75) Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
- (76) Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- (77) Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
- (78) Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
- (79) Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
- (80) Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
- (81) Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
- (82) O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
- (83) O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
- (84) Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
- (85) Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
- (86) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (87) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).
- (88) Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
- (89) Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
- (90) Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
- (91) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada).
Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada).
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.
- (92) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodrê Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. BLUFOR 44/2013).
- (93) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (94) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (95) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
- (96) Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.
- (97) Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cicero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
- (98) Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
- (99) Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
- (100) Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
- (101) Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
- (102) Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
- (103) Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
- (104) Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
- (105) Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3972
FAX: 3303-4315

PLENÁRIO Nº 3 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomccj@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 9 de julho de 2013
(terça-feira)
às 11h**

PAUTA

36ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

	Sabatina
Local	Sala de Reuniões nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

PAUTA

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 22, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor WELLINGTON CABRAL SARAIVA, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Procurador-Geral da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Votação secreta.

Observações:

Em 26/06/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

[Relatório](#)

ITEM 2

OFICIO "S" Nº 29, de 2013

- Não Terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, os documentos do Senhor Juiz de Direito LEONARDO FARIAS DUARTE, da Vara Única de São Miguel do Guamá, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, indicado pelo Supremo Tribunal Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2013-2015.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Votação secreta.

Observações:

Em 03/07/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

[Relatório](#)

1



SENADO FEDERAL

Senador Armando Monteiro

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 22, de 2013 (nº 603, de 2013, na origem), do Procurador-Geral da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Wellington Cabral Saraiva, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.

RELATOR: Senador ARMANDO MONTEIRO

Vem ao exame desta Comissão a indicação, por parte do Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, do nome do Procurador Regional da República Wellington Cabral Saraiva, para compor, em recondução, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como representante do Ministério Público Federal (MPF).

A indicação se faz nos termos do inciso X do art. 103-B da Constituição Federal, que inclui, entre os integrantes do CNJ, ao qual cabe o controle externo do Poder Judiciário, *um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República.*

A indicação faz-se acompanhar de ofício encaminhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, na condição de Presidente do Conselho Nacional de Justiça, que encaminha, *para apreciação dessa Casa Legislativa, documentação exigida pela Resolução nº 7, de 2006, do Senado Federal, e do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*



SENADO FEDERAL

Senador Armando Monteiro

Cabe a esta Comissão, de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, e com o Ato nº 1, de 2007, já referidos, proceder à sabatina do indicado.

O Senhor Wellington Cabral Saraiva nasceu em Recife, em 31 de dezembro de 1966, e se formou em direito pela Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, em 1988. Concluiu o curso de mestrado em Direito e Estado, pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, no ano de 1999, com dissertação sobre *A Natureza Jurídica da Interpretação Constitucional*.

Iniciou sua carreira profissional como empregado do Banco do Brasil, empossado mediante concurso público e dispensado a seu pedido, no período de 1987 a 1991. Nesse mesmo período, entre 1989 e 1991, atuou como advogado militante.

Foi Assessor Técnico-Judiciário do Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, cargo em comissão, no período de janeiro a junho do ano de 1991. Também em comissão, foi nomeado Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, no período de 1991 a 1992.

Aprovado em concurso público, foi nomeado Promotor de Justiça Adjunto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), cargo que exerceu no período entre 1992 e 1994, quando foi promovido a Promotor de Justiça. Nesse cargo, foi assessor da Procuradoria de Recursos Constitucionais do MPDFT.

Mediante concurso público, assumiu o cargo de Procurador da República, do Ministério Público Federal, em 1995. Promovido, desde abril de 2004, ao cargo de Procurador Regional da República, está lotado na Procuradoria Regional da República da 5ª Região.

Indicado pelo Ministério Público Federal, integra o Conselho Nacional de Justiça desde 2011.



SENADO FEDERAL

Senador Armando Monteiro

No CNJ, coordena o projeto sobre “Diagnóstico e Fortalecimento dos Judiciários Estaduais por meio do Conselho Nacional de Justiça”, além do Grupo de trabalho encarregado de diagnóstico e propostas sobre a Justiça Militar no Brasil.

Foi Presidente da Comissão Executiva Nacional do Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa, no ano de 2012; membro da comissão de seleção dos projetos científicos do programa “Justiça e Pesquisa”, também em 2012, e colaborador, nesse mesmo ano, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

No ano de 2011, ocupou o cargo de Ouvidor do Conselho Nacional de Justiça. É representante dessa instituição na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla), desde 2011.

Na condição de membro do Ministério Público, seja do Distrito Federal e Territórios, seja da União, ocupou os mais diversos cargos e recebeu as mais variadas incumbências, dentre as quais a de representar o MPF na XXII Sessão da Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, das Nações Unidas, evento ocorrido em Viena, Áustria, em abril deste ano de 2013.

Foi integrante, como representante do MPF, do Grupo de Trabalho em Lavagem de Dinheiro e Crimes Contra o Sistema Financeiro, da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Além disso, participou de inúmeros outros grupos de trabalho especializados da instituição de que faz parte.

Sua atividade docente é igualmente ampla, seja como monitor, seja como professor, de diversas disciplinas jurídicas, nas faculdades de direito da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade de Brasília, assim como nas escolas superiores da Magistratura e do próprio Ministério Público.



SENADO FEDERAL

Senador Armando Monteiro

É coautor de diversas obras jurídicas, e figura como autor de inúmeros artigos, a respeito dos mais diversos temas vinculados a áreas distintas do universo jurídico, publicados, esses últimos, em revistas especializadas. É autor de artigos relacionados aos mesmos temas, publicados em jornais dos mais diferentes estados da Federação.

Proferiu inúmeras palestras em eventos jurídicos os mais distintos, sobre temas de relevo. Em seu currículo são enumeradas 119 dessas atividades. Participou de várias bancas de comissões julgadoras em concursos públicos na área jurídica e participou de diversos cursos e congressos jurídicos.

Finalmente, cabe registrar que Sua Excelência apresentou todas as declarações exigidas pela Resolução nº 7, de 2005, e suas alterações, e pelo Ato nº 1, de 2007, desta Comissão.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências dos dois diplomas legais para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
OFÍCIO “S”
Nº 22, DE 2013

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 603

Brasília, 3 de maio de 2013

Senhor Presidente,

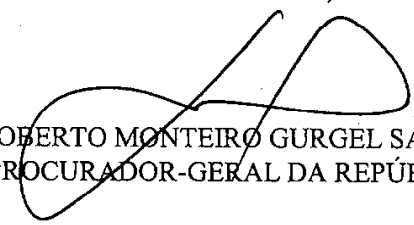
Em atenção ao contido no Ofício nº 50/GP, de 4 de março de 2013, encaminho a Vossa Excelência os nomes dos membros do Ministério Público da União e dos Estados (este escolhido entre os indicados pelos Ministérios Públicos Estaduais), para a composição do Conselho Nacional de Justiça:

a) WELLINGTON CABRAL SARAIVA, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal; e

b) GILBERTO VALENTE MARTINS, Promotor de Justiça, integrante do Ministério Público do Estado do Pará.

Envio-lhe, outrossim, os *curricula vitae* dos indicados, juntamente com os documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal.

Atenciosamente,



ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Excelentíssimo Senhor
Ministro JOAQUIM BARBOSA
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Brasília - DF

Ofício nº 108/SG/2013

Brasília, 22 de maio de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

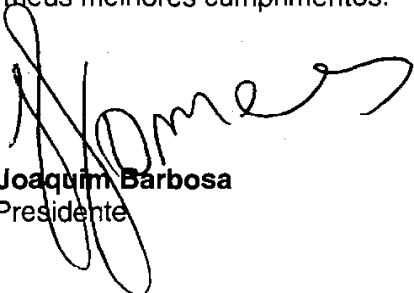
Assunto: Encaminha documentação – Indicação da PGR

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa Casa Legislativa, documentação exigida pela Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, bem como os nomes dos indicados pela Procuradoria-Geral da República para recondução ao Conselho Nacional de Justiça, a saber:

- a) Procurador Regional da República Wellington Cabral Saraiva, do Ministério Público Federal;
- b) Promotor de Justiça Gilberto Valente Martins, do Ministério Público do Estado do Pará.

Sem mais, apresento meus melhores cumprimentos.



Ministro **Joaquim Barbosa**
Presidente

WELLINGTON CABRAL SARAIVA

CURRICULUM VITÆ

BRASÍLIA
2013

ÍNDICE

1. Dados pessoais	3
2. Documentos de identificação	3
3. Escolaridade	3
4. Experiência profissional	4
5. Atuação no Conselho Nacional de Justiça	5
6. Atuação no Ministério Público	6
7. Atividade docente	9
8. Coautoria de livros publicados	11
9. Artigos publicados em periódicos	11
10. Artigos publicados em jornais e sites de notícias	12
11. Outra produção bibliográfica	13
12. Palestras, exposições e similares	14
13. Participação em bancas de comissões julgadoras	23
14. Participação em bancas de trabalhos de conclusão	25
15. Participação em cursos, congressos e similares	25
16. Conhecimento de idiomas	27
17. Cursos e diplomas de línguas	28
18. Outros trabalhos técnicos	28
19. Aprovações e homenagens	28
20. Outras atividades acadêmicas, científicas, culturais e diversas	30
Declaração	33

1. DADOS PESSOAIS

NOME: WELLINGTON CABRAL SARAIVA
ENDEREÇO PROFISSIONAL: Conselho Nacional de Justiça
Anexo I do Supremo Tribunal Federal,
Praça dos Três Poderes
70760-542 Brasília (DF)
Telefones: (61) 2326-4905
Fac-símile: (81) 2326-4905
E-mail: wsaraiva@cnj.jus.br
FILIAÇÃO: Rômulo Pedrosa Saraiva e Maria Welane Cabral Saraiva
NACIONALIDADE: brasileira
NATURALIDADE: Recife (PE)
ESTADO CIVIL: casado desde 1989
DATA DE NASCIMENTO: 31 de dezembro de 1966
GRAU DE INSTRUÇÃO: Mestre em Direito

2. DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

IDENTIDADE: 2.553.967-SSP/PE
CPF (MF): 456.358.894-68
CARTEIRA DE RESERVISTA: 210012075938 — 21ª CSM
TÍTULO ELEITORAL: 0103.6217.2070, 5ª Zona, 187ª Seção do Recife
PASSAPORTE OFICIAL: SB-008891, emissão em 15 jun. 2010,
validade 14 jun. 2015

3. ESCOLARIDADE

PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*:

Curso: Mestrado em Direito e Estado
Universidade: Universidade de Brasília
Faculdade: Faculdade de Estudos Sociais Aplicados /
Departamento de Direito
Concentração: Direito Constitucional
Título da dissertação: A natureza política da interpretação constitucional
Orientador: Prof. Dr. Inocêncio Mártires Coelho
Cidade: Brasília (DF)
Período: 1992 a 1993 (créditos)
1999 (defesa da dissertação final)

GRADUAÇÃO:

Universidade: Universidade Federal de Pernambuco
Faculdade: Faculdade de Direito do Recife
Curso: Direito
Cidade: Recife
Período: 1984 a 1988

ENSINO MÉDIO:

Estabelecimento: Colégio Marista
Cidade: Recife
Período: 1981 a 1983

ENSINO FUNDAMENTAL:

Estabelecimento: Colégio Marista
Cidade: Recife
Período: 1977 a 1980
Estabelecimento: Escola Picapau
Cidade: Recife
Período: 1971 a 1976

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Membro do Conselho Nacional de Justiça, como representante do Ministério Público da União, para o biênio 2011-2013, indicado pelo Procurador-Geral da República e nomeado por decreto da Presidente da República de 12 ago. 2011 (*Diário Oficial da União*, seção 2, 15 ago. 2011, p. 1)
- Procurador Regional da República, do Ministério Público Federal, promovido em dez/2003, lotado desde abr/2004 na Procuradoria Regional da República da 5ª Região
- Procurador da República, do Ministério Público Federal, nomeado, por aprovação, em 2º lugar no Brasil entre 6.035 inscritos no 13º Concurso para Procurador da República (Portaria 296, de 16 jun. 1995, do Procurador-Geral da República — *Diário Oficial*, seção 2, de 19 jun. 1995, p. 4.440)
- Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nomeado pelo critério de antiguidade (portaria do Procurador-Geral da República — *Diário Oficial* de 26 dez. 1994)
- Assessor, como Promotor de Justiça, da Procuradoria de Recursos Constitucionais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Portaria 439, de 6 set. 1994, da Procuradora Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios)
- Promotor de Justiça Adjunto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nomeado, por aprovação em 8º lugar em concurso público de provas e títulos (Portaria 485, de 7 out. 1992, do Procurador-Geral da República — *Diário Oficial*, seção II, 8 out. 1992, com exercício de 20 out. 1992 a 25 dez. 1994)

- Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em comissão, código STJ-DAS-102.5, lotado no Gabinete do Ministro Demócrito Reinaldo (Ato 712, de 28 jun. 1991, do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, *Diário da Justiça*, 1º jul. 1991, com exercício de 1º jul. 1991 a 19 out. 1992)
- Assessor Técnico-judiciário do Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em comissão, símbolo PJ-ATJC (Ato 9, de 2 jan. 1991, do Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco — *Diário do Poder Judiciário*, 4 jan. 1991, com exercício de 4 jan. a 30 jun. 1991)
- Advogado militante de jan./1989 a 3 jan. 1991
- Empregado do Banco do Brasil S.A., agência Recife-Centro (PE), Setor de Câmbio, Carteira de Importação, de 3 ago. 1987 a 28 fev. 1991, empossado mediante concurso público e demitido a pedido

5. ATUAÇÃO NO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- Coordenador Geral do projeto “Diagnóstico e Fortalecimento dos Judiciários Estaduais por meio do Conselho Nacional de Justiça” (Portaria 89, de 17 de maio de 2013), com recursos do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Banco Mundial (BIRD)
- Coordenador do Grupo de Trabalho para diagnóstico e propostas sobre a Justiça Militar no Brasil
- Coordenador do Painel II do *Seminário CNJ Acadêmico*, promovido pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ. Brasília, 11 e 12 abr. 2013
- Presidente da Comissão Executiva Nacional do Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa (Portaria 197, de 14 nov. 2012, do Presidente do CNJ)
- Membro da comissão de seleção dos projetos científicos do programa “Justiça Pesquisa” (convocação 1, de 24 out. 2012)
- Colaborador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) como palestrante em diversos cursos de iniciação de novos juízes, desde set. 2012
- Representante do CNJ na 20ª Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Avaliação da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic), da Organização dos Estados Americanos. Washington, EUA, 7 e 10 a 14 set. 2012.
- Responsável no CNJ pelo Serviço de Informações ao Cidadão, para atendimento da sociedade no cumprimento pelo Poder Judiciário da Lei de Acesso à Informação, desde maio 2012
- Ouvidor do CNJ, desde 2011
- Representante do CNJ na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), desde 2011

- Membro da Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ, encarregada de supervisionar a implantação do projeto Processo Judicial Eletrônico (PJe), entre outras atribuições, desde 2011

6. ATUAÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO

- Representante do Ministério Público Federal na XXII Sessão da Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal (*Commission on Crime Prevention and Criminal Justice – CCPCJ*), da Organização das Nações Unidas (ONU), em Viena, Áustria, de 22 a 26 de abril de 2013
- Representante do Ministério Público Federal na XX Sessão da Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal (*Commission on Crime Prevention and Criminal Justice – CCPCJ*), da Organização das Nações Unidas (ONU), em Viena, Áustria, de 11-15 abr. 2011
- Representante do Ministério Público Federal no Projeto de Cooperação triangular entre o Brasil, o Escritório da ONU contra Drogas e Crime (UNODC) e o Paraguai – Programa sobre Direito, Segurança e Justiça –, juntamente com a Subprocuradora-Geral da República Denise Vinci Túlio. Fev. 2011
- Membro do Grupo de Trabalho em Lavagem de Dinheiro e Crimes contra o Sistema Financeiro, da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (ofício 578E/2010, de 17 dez. 2010, da Coordenadora da 2ª CCR/MPF)
- Representante do Ministério Público Federal no 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal (*12th United Nations Congress on Crime Prevention and Criminal Justice*), realizado em Salvador (BA), de 12 a 19 abr. 2010, juntamente com a Subprocuradora-Geral da República Raquel Elias Ferreira Dorge, os Procuradores Regionais da República Carla Veríssimo de Carli, Maria Hilda Marsiaj Pinto, Valquíria Oliveira Quixadá Nunes e Douglas Fischer e os Procuradores da República Marcello Paranhos de Oliveira Miller, Vladimir Barros Aras, Rodrigo de Grandis e Eduardo Botão Pelella (ofício PGR/GAB 229, de 19 mar. 2010, do Procurador-Geral da República).
- Coordenador do Grupo de Trabalho para representação do Ministério Público Federal em temas relacionados à Convenção Interamericana contra a Corrupção, da Organização dos Estados Americanos (Convenção da OEA), à Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (Convenção da OCDE), e à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção da ONU). Portaria PGR 356, de 20 jul. 2010, do Procurador-Geral da República
- Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), no biênio 14 maio 2009-13 maio 2011
- A partir de dez/2009, designado Corregedor Auxiliar da Corregedoria Geral do Ministério Público Federal no biênio 2009-2011 (Portarias 48, de 29 de dezembro de 2009, e 63, de 17 de dezembro de 2010, da Corregedora-Geral do MPF)

- 2009 – Membro de Grupo de Trabalho para elaborar proposta de aperfeiçoamento da legislação penal tributária, composto pela 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, juntamente com os Procuradores Regionais da República Maurício da Rocha Ribeiro e Douglas Fischer e os Procuradores da República José Robalinho Cavalcanti e Uendel Domingues Ugatti
- Representante do Ministério Público Federal na reunião dos grupos de trabalho e na assembleia plenária do GAFI/FATF (*Financial Action Task Force/Groupe d'Action Financière*) ocorrida em Lyon, França, de 22 a 26 jun. 2009
- Membro da Diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República, biênio 2007-2009
- A partir de fev/2009 – Coordenador Adjunto do Núcleo de Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos (NID), da Procuradoria Regional da República da 5ª Região (Portaria 8, de 17 fev. 2009, do Procurador-Chefe Regional, Luciano Mariz Maia)
- Representante do Ministério Público Federal para as Metas 14 e 16 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), designado pelo Procurador-Geral da República (ofício PGR/GAB 1.108, de 16 jun. 2008)
- Designado para exercer, em substituição, as funções de Subprocurador-Geral da República, com atuação perante a 5ª e a 6ª Turmas do Superior Tribunal de Justiça, de 22/2 a 22 mar. 2007 (Portaria 49, de 13 fev. 2007)
- Out/2005–out/2007 – Procurador-Chefe Regional da Procuradoria Regional da República da 5ª Região, após eleição dos membros da unidade e designação do Procurador-Geral da República
- Representante da Associação Nacional dos Procuradores da República na reunião da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (Encla) realizada em Vitória (ES) em dez/2005, para definir metas para o ano de 2006 (Encla/2006) – ofício n. 606/2005/Presi/ANPR, de 5 dez. 2005, de Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Presidente da Associação
- 2 jan. 2003–abr/2004 – Procurador Chefe da Procuradoria da República em Pernambuco, após eleição dos membros da unidade e designação do Procurador-Geral da República (Portaria 864, de 11 dez. 2002)
- Membro da Comissão Preparatória e Instrutor do **II Curso de Iniciação de Procuradores da República**, organizado pela Escola Superior do Ministério Público da União, em Brasília, fev/2002 (Portaria 16, de 23 out. 2002, da Direção Geral da ESMPU)
- Coordenador Criminal Substituto da Procuradoria da República em Pernambuco, conforme decisão colegiada dos Procuradores da República lotados no Estado, de jan/2001 a dez/2002
- Membro da Comissão Preparatória e Instrutor do **I Curso de Iniciação de Procuradores da República**, organizado pela Escola Superior do Ministério Público da União, em Brasília, fev/2002
- Secretário do Grupo Temático de Trabalho sobre Tortura no Brasil, como Situação de Ofensa à Cidadania, constituído pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão,

do Ministério Público Federal (Portaria 2, de 8 out. 2001 — **Diário da Justiça**, seção 1, 22 out. 2001, p. 648)

- Presidente da Subcomissão Estadual em Pernambuco do 17º Concurso para Provi-mento do Cargo de Procurador da República, realizado em 1999
- Coordenador Criminal da Procuradoria da República em Pernambuco, conforme decisão colegiada dos Procuradores da República lotados no Estado, de nov/1998 a dez/2000
- Integrante da Comissão composta por representantes do Ministério Público Federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Advocacia-Geral da União e Presidência da República para sistematização e implementação das conclusões do **II Encontro Nacional em Defesa do Patrimônio Público**, em Brasília (DF), nos dias 8-9 out. 1998
- Procurador da República lotado na Procuradoria da República em Pernambuco (Portaria 478, de 15 out. 1997, do Procurador-Geral da República — **Diário Oficial**, seção 2, de 16 out. 1997, p. 7.927)
- Procurador da República designado para compor, como suplente, a Comissão de Execução e Fiscalização do **V Concurso Público para Proviemento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 1ª Região** (Ato 1, de 9 jul. 1996, do Juiz Presidente da Comissão Examinadora — **Diário da Justiça**, seção 2, 12 jul. 1996, p. 47.673-4)
- Procurador da República designado para acompanhar a inspeção ordinária dos ser-viços da Secretaria da 11ª Vara Federal do Distrito Federal, no período de 6 a 17 maio 1996 (Portaria 26, de 19 abr. 1996, do Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal — **Diário Oficial**, seção 2, 23 abr. 1996, p. 2.914)
- Procurador da República designado para representar o Ministério Público Federal, nos dias 29-31/1 e 1º fev. 1996, nas sessões promovidas pelo Conselho Admini-strativo de Defesa Econômica (CADE), para celebração de compromisso de cessação de conduta por empresas objeto do processo administrativo CADE/08000.016384/94-11 e na sessão plenária do CADE, em 4 mar. 1996, para homologação do termo de com-promisso (Portarias 13, 19 e 78, de 24 e 31 jan. 1996 e 1º mar. 1996, do Procurador-Geral da República)
- Procurador da República lotado na Procuradoria da República no Distrito Federal (Portaria 588, de 23 nov. 1995, do Procurador-Geral da República — **Diário Oficial**, seção 2, de 27 nov. 1995, p. 9.236)
- Procurador da República lotado na Procuradoria da República em Goiás (Portaria 296, de 16 jun. 1995, do Procurador-Geral da República — **Diário Oficial**, seção 2, de 19 jun. 1995, p. 4.440)
- 3ª Promotor de Justiça de Entorpecentes e Contravenções Penais (Portaria 42, de 3 fev. 1995, da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)
- Promotor Eleitoral perante a 2ª Junta Apuradora da 1ª Zona Eleitoral do Distrito Fe-deral, no 2º turno da eleição de 1994 (Portaria 590, de 4 nov. 1994, da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)

- Promotor Eleitoral perante a 2ª Junta Apuradora da 1ª Zona Eleitoral do Distrito Federal, no 1º turno da eleição de 1994 (Portaria 471, de 14 set. 1994, da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)
- Promotor de Justiça Adjunto designado, juntamente com o Procurador de Justiça João Alberto Ramos e os Promotores de Justiça Rogério Schietti Machado Cruz e Petrônio Calmon Alves C. Filho, para, sob a presidência do citado Procurador de Justiça, efetuar estudo e acompanhamento do Projeto de Lei 1.480-C, de 1989, que dispunha sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dava outras providências (Portaria 470, de 14 set. 1994, da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)
- Promotor de Justiça Adjunto designado para, juntamente com o Promotor de Justiça Adjunto Antônio Fernandes da Luz, elaborar anteprojeto de portaria reguladora das atividades da Promotoria Especializada em questões tributárias (Portaria 428, de 31 ago. 1994, da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)
- Membro da comissão de planejamento, organização, acompanhamento e avaliação dos cursos de adaptação de novos promotores de justiça adjuntos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com os Promotores de Justiça Amarílio Tadeu Freesz de Almeida; José Firmo Reis Soub; Jair Meurer Ribeiro; Rogério Schietti Machado Cruz; Laura Beatriz C. B. A. Semeraro Rito. Resolução n. 5, de 9 mar. 1993, do Conselho Administrativo da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- Promotor de Justiça Adjunto designado para oferecer manifestação pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em mandados de segurança (portaria de jan/1993, da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)

7. ATIVIDADE DOCENTE

1. Professor da disciplina **Direito Tributário, Direito Penal e Crimes contra a Ordem Pública Tributária**, no Curso de Especialização em Direito Tributário da Universidade Federal de Pernambuco, 8 e 9 abr. 2011.
2. Professor da disciplina **Licitações e Contratos Administrativos** em diversos cursos de especialização em Direito Administrativo da Universidade Federal de Pernambuco, no período de 1999 a 2010 e 2013
3. Professor da disciplina **Direito Processual Constitucional** em diversos cursos de especialização em Direito Processual da Universidade Federal de Pernambuco, no período de 1999 a 2002
4. Professor da disciplina **Direito Administrativo** no I Curso de Pós-graduação em Administração Judiciária, ministrado pelo Núcleo de Brasília da Fundação Getúlio Vargas, no 1º sem./1997

5. Professor no **Curso de Recursos**, curso de aperfeiçoamento de 5 horas, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Pernambuco, ministrado de 18-20 set. 2000
6. Professor da disciplina **Direito Constitucional** em cursos de especialização *lato sensu* da Escola Superior da Magistratura do Trabalho da 6ª Região, do 2º sem./1998 ao 1º sem./2002
7. Professor do **Curso de Recursos**, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, de 18-20 set. 2000
8. Professor da disciplina **Licitações e Contratos Administrativos**, em curso de especialização promovido pela Universidade Federal de Pernambuco/Tribunal de Contas de Pernambuco, no 1º sem./2000
9. Professor da disciplina **Direito Penal do Trabalho** em cursos de especialização *lato sensu* da Escola Superior da Magistratura do Trabalho da 6ª Região, do 1º sem./1999 ao 1º sem./2000
10. Professor da disciplina **Direito Processual Constitucional** em curso de especialização *lato sensu* da Sociedade Caruaruense de Ensino Superior (Faculdade de Direito de Caruaru), no 1º sem./1999
11. Professor da disciplina **Licitações e Contratos Administrativos** em curso de especialização *lato sensu* da Universidade Federal do Piauí/Tribunal de Contas do Piauí, em abr/1998
12. Professor substituto da disciplina **Legislação Social** em cursos de graduação na Universidade de Brasília, nos dois semestres letivos de 1995
13. Professor substituto da disciplina **Legislação Administrativa** em cursos de graduação na Universidade de Brasília, nos dois semestres letivos de 1995
14. Professor da disciplina **Direito Constitucional 2 (Teoria do Estado)** em curso de especialização *lato sensu* da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no 1º sem./1994
15. Professor da disciplina **Direito Civil I (Teoria Geral das Obrigações)** no curso de graduação em Direito da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, no 1º sem./1994
16. Monitor de pós-graduação (Mestrado) da disciplina **Direito Tributário**, no curso de graduação em Direito da Universidade de Brasília, no 2º sem./1993
17. Monitor de graduação da disciplina **Teoria Geral do Estado 2**, no curso de graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, no 2º sem./1986 e no 2º sem./1987
18. Monitor de graduação da disciplina **Teoria Geral do Estado 1**, no curso de graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, no 1º sem./1987

8. COAUTORIA DE LIVROS PUBLICADOS

1. Capítulo "Financiamento do terrorismo". In: **Lavagem de Dinheiro: Prevenção e Controle Penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010, p. 363-402. ISBN: 9788576993049
2. Capítulo "Medidas cautelares e confisco no processo por crime de lavagem de bens". In: **Tributo a Afrânio Silva Jardim: Escritos e Estudos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 240-270. ISBN: 9788537508862
3. Capítulo "Legitimidade exclusiva do Ministério Público para o processo cautelar penal". In: **Garantismo penal integral: questões penais e processuais, criminalidade moderna e a aplicação do modelo garantista no Brasil**. Salvador: JusPodivm, 2009, p. 151-170. ISBN: 8577612341
4. Capítulo "Improbidade administrativa por enriquecimento ilícito". In: **Cem Perguntas e Respostas sobre Improbidade Administrativa**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2008, p. 37-43. ISBN: 9788588652200
5. Capítulo "Omissão de recolhimento de contribuição previdenciária: objeto material e tipo subjetivo". In: **Direito Penal Tributário**. São Paulo: MP Editora, 2005, p. 399-422. ISBN: 8598848077
6. Capítulo "Inconstitucionalidade da exigência legal de remessa de requisições por meio do Procurador-Geral da República". In: **O Ministério Público e a ordem social justa**. Belo Horizonte: Del Rey/Associação Nacional dos Procuradores da República, 2003, p. 303-326. ISBN: 8573086769
7. Capítulo "Competência e exclusão de ilicitude no crime contra a honra atribuído a agente público federal no exercício da função". In: **Temas de Processo Penal**. Fortaleza: DIN-CE, 2002, vol. II (Série Coletânea de Trabalhos Jurídicos). p. 157-184

9. ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS

1. Exploração da carcinicultura em áreas de mangue em face do Direito Ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Ambiental**. Ano 1, jul/set 2005, vol. 3, p. 241-268.
2. Ajuda de custo paga a servidor público: repetição (ilegalidade do decreto que exorbita da função regulamentadora). **Boletim de Direito Administrativo**. São Paulo: NDJ, 2002. ano XVIII, n. 10, out. 2002, p. 815-820
3. A notícia-crime nas infrações penais contra a Justiça do Trabalho. **Boletim Informativo do TRT-15ª Região**. n. 161, ano XV, set. 2001, p. 26-28
4. A regra do segredo nas ações penais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal: inconstitucionalidade. **Boletim dos Procuradores da República**. Ano III, n. 27, jul. 2000, p. 28-29
5. O caráter principiológico das normas constitucionais. **Revista da Amatra VI**. Recife, ano 3, n. 8, out. 1999. p. 44-47

6. Antecedentes do réu e direito à suspensão condicional do processo penal. **Boletim dos Procuradores da República**. Ano I, set. 1998, v. 5, p. 30-31
7. Ação civil *ex delicto*: legitimidade ativa do Ministério Público. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. Ano 86, v. 741, jul/97, p. 484-501. Também publicado no sítio eletrônico do Ministério Público de São Paulo na Internet: <[http://www.mp.sp.gov.br/justitia/\(1\)ExDelicto.html](http://www.mp.sp.gov.br/justitia/(1)ExDelicto.html)>; na **Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, ano 3, n. 6, jul.-dez. 1995, p. 114-135 (circulou em abr. 1997); na revista **Justitia** (do Ministério Público de São Paulo), n. 176, out.-dez. 1996, p. 11-26
8. Licitação dispensada e licitação dispensável. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. ano 86, v. 746, dez. 1997, p. 711-717. Também publicado no **Boletim de Licitações e Contratos** (BLC), ano X, n. 11, nov. 1997, p. 546-550; no **Informativo Consulex**, vol. 11, n. 12, mar. 1997, p. 321-318; no **Correio Braziliense**, suplemento "Direito & Justiça", 21 out. 1996, p. 4-5.
9. Absolvição liminar de réus com foro por prerrogativa de função: inconstitucionalidade. **Revista dos Tribunais**. Ano 84, jun. 1995, vol. 716, p. 548-559. **Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**. ano 2, n. 4, jul/dez. 1994, p. 235-254
10. Aplicações da informática à atividade jurídica. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. Ano 83, dez. 1994, vol. 710, p. 237-242.
11. Adicional do imposto de renda: base de cálculo. **Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**. ano I, n. 1, jul.-set. 1993, v. 1, p. 51-57.

10. ARTIGOS PUBLICADOS EM JORNAIS E SITES DE NOTÍCIAS

1. Limites do direito de defesa. **Diario de Pernambuco**. Opinião, 20 set. 2012, p. B9.
2. Jacques Chirac seria condenado no Brasil? **Folha de S. Paulo**. Tendências/Debates, 5 jan. 2012, p. A3.
3. Eutanásia, ortotanásia, distanásia. **Diario de Pernambuco**. Opinião, 21 dez. 2011, p. B5.
4. O CNJ faz de cada cidadão um fiscal. **Folha de S. Paulo**. Tendências/Debates, 2 out. 2011, p. A3. Coautoria com Marcelo Nobre, Bruno Dantas, Gilberto Valente Martins, Jorge Hélio Chaves e Jefferson Kravchychyn.
5. Diversidade sexual e direitos fundamentais. **Diario de Pernambuco**. Opinião, 20 set. 2009, p. A19.
6. O Gafi e a lavagem de dinheiro e outros bens. **Diario de Pernambuco**. Opinião, 7 jun. 2009, p. A19.
7. Ministério Público, investigações e eleições. Sítio **Parabólica**, do portal Globo.com. Publicado em <<http://globonews.globo.com/Parabolica/0,6993,QY367388-1204,00.html>>. 5 mar. 2002, às 15h00.

8. Justiça, imprensa e opinião pública. **Diário de Pernambuco**. Recife. 26 ago. 1997, p. 19.
9. Conflito de competência no homicídio de Galdino. **Correio Braziliense**, suplemento "Direito & Justiça". Brasília. 16 jun. 1997, p. 5
10. Estabilidade é privilégio? **Correio Braziliense**, suplemento "Direito & Justiça". Brasília. 5 maio 1997, p. 6. **Jornal de Brasília**. 6 maio 1997, p. 6. **Diário de Pernambuco** (sob o título Estabilidade: privilégio do servidor?). 22 maio 1997, p. 3. **Folha de São Paulo**, caderno "São Paulo" (sob o título A estabilidade dos servidores). 21 jun. 1997, p. 3-2
11. Ministério Público e liberdade de imprensa. **Correio Braziliense**, suplemento "Direito & Justiça". 26 fev. 1996, p. 5. **Infojur** (Informativo Jurídico da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios). ano I, n. 3, 1. quinzena set/96, p. 5-8
12. Ministério Público e requisição de informações sigilosas. **Correio Braziliense**, suplemento "Direito & Justiça". 6 nov. 1995, p. 4
13. A informática e as profissões jurídicas. **Correio Braziliense**, suplemento "Direito & Justiça". 1º ago. 1994, p. 3
14. Notas sobre o IPMF. **Correio Braziliense**, suplemento "Direito & Justiça". 29 mar. 1993, p. 4-5
15. Acerca do imposto único. **Jornal do Commercio**. Recife. 25 e 26 mar. 1992, p. 7
16. Moral, inflação e impunidade. **Correio Braziliense**, caderno "Direito & Justiça". Brasília, 13 jan. 1992, p. 7
17. Da problemática dos cursos jurídicos. **Advogar**, jornal da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Pernambuco. ano XIV, n. 3, abr. 1987, p. 7

11. OUTRA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

- Levando devagar: a fina arte de pilotar uma moto grande em baixas velocidades. 2008. Tradução de artigo. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/6532639/Levandodevagar>>. Publicado originalmente na revista HOG Tales, mar./abr. 2008, p. 42-4.
- **Tratados e convenções internacionais como fontes formais primárias do Direito Tributário**. Monografia apresentada à disciplina Direito Financeiro 2, do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco e incorporada à Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas daquela Universidade por proposta de seu II Departamento (Direito Público Especializado).

12. PALESTRAS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES

1. **Palestra Conselho Nacional de Justiça**, no III Curso de Iniciação Funcional para Magistrados TJPI e TJPR – Módulo Nacional, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Brasília, 8 a 12 abr. 2013.
2. **Palestra de abertura da 1ª Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho**. Brasília, 21 e 22 mar. 2013.
3. **Palestra Aspectos do Conselho Nacional de Justiça para Novos Juízes**, no Curso de Iniciação Funcional para Magistrados, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Brasília, 20 mar. 2013.
4. **Palestra de abertura do XXI Encontro Regional da Amatra VI**, com o tema **Jurisdição Social – Proteção de Direitos Fundamentais e Novas Tendências do Processo**, promovido pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região. Ipojuca (PE), 14 a 18 mar. 2013.
5. **Palestra Denúncia: Técnica de Elaboração. Relevância do Confisco**. IX Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores da República. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, 27-28 fev. 2013.
6. **Palestra de abertura do Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário**, promovido pelo CNJ. Brasília, 25 fev. 2013.
7. **Palestra Visão Institucional do Conselho Nacional de Justiça**, no IX Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores da República. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, 22 fev. 2013.
8. **Palestra Papel do Conselho Nacional de Justiça no Combate à Corrupção**, no Seminário Transparência e Controle da Corrupção: a Lei de Acesso à Informação, promovido pelo Ministério Público Democrático. São Paulo, 10 dez. 2012.
9. **Palestra Mecanismos de Fiscalização para a Efetivação da Lei de Improbidade Administrativa**. 61 Encontro do Colégio de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Gramado (RS), 9 nov. 2012.
10. **Palestra Does Immunity Lead to Impunity?** Painel na 15th International Anti-Corruption Conference (IACC), com Fernando Cepeda (professor de Ciência Política, Colômbia), Astrid Leigh (advogada, Peru), Bambang Widjojanto (Comissário da Comissão de Erradicação da Corrupção [KPK], Indonésia). Promovida por Transparency International, Controladoria-Geral da União (CGU), Amarribo Brasil e Instituto Ethos. Brasília, 7 a 10 nov. 2012.
11. **Palestra Efetividade do Combate à Corrupção: Visão do Ministério Público Federal e do CNJ**, no Seminário de Transparência e Controle da Administração Pública, promovido pela Escola de Contas Públicas Prof. Barreto Guimarães, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Recife, 20 e 21 set. 2012.
12. **Palestra Manifestações da Criminalidade Contemporânea**, no I Encontro de Ciência Conjunta do Direito Penal, promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). Recife, 16 e 17 set. 2012.

13. Debatedor do painel **Questões polêmicas sobre a Lei de Improbidade Administrativa**, sendo palestrante o Min. Teori Zavascki, no Seminário Nacional de Proibição Administrativa, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça. Brasília, 31 maio e 1º jun. 2012.
14. Palestra **Denúncia: Técnica de Elaboração. Relevância do Confisco**. VIII Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores da República. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, 9 maio 2012.
15. Apresentação no **Primer Panel Especial de Fiscales**, no Encuentro Latinoamericano contra la Corrupción Transnacional, promovido pelo Departamento Nacional de Planeación da República da Colômbia, pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Escritório da ONU contra a Droga e o Crime (UNODC – *United Nations Office on Drugs and Crime*). Bogotá, Colômbia, 1º-2 mar. 2012.
16. Palestra **Conselho Nacional de Justiça na 2ª Etapa do Projeto de Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados Brasil-Moçambique**, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Brasília, 28 set. 2011.
17. Palestra **Conselho Nacional de Justiça: um Panorama**, no Encontro de Integração de Magistrados Pernambuco-Bahia, promovido pela Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe). Petrolina (PE), 26 ago. 2011.
18. Palestra **Colheita da prova, legislação aplicável, validade da prova, prova emprestada, espécies de prova, não contaminação, pertinência, utilização, casos práticos**, no Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, promovido pelo Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). João Pessoa, 11 a 14 jul. 2011.
19. Palestra **As Redes Sociais, o Poder Judiciário e o Ministério Público**. Tribunal de Justiça de Pernambuco. Auditório do Fórum Paula Baptista. Recife, 18 maio 2011
20. Palestra **Lavagem de bens e crime organizado**. Curso Novas Questões de Direito Penal, Direito Processual Penal e Execução Penal, promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Recife, 10 e 11 dez. 2010.
21. Palestra **Orientação profissional: Direito**. Ciclo de palestras sobre orientação profissional para estudantes do ensino médio. Colégio Marista São Luís. Recife, 29 out. 2010.
22. Presidência da **Reunião Preparatória da X Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul**, com delegação dos Ministérios Públicos de Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Equador e Peru, ocorrida em 14 e 15 out. 2010, na Procuradoria Regional da República da 5ª Região
23. Palestra **Temas Atuais do Controle de Constitucionalidade na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Congresso Jurisdição Constitucional. Ministério Público Federal / Procuradoria Regional da República da 5ª Região. Recife, 2-3 set. 2010, palestra em 2 set. 2010.
24. Palestra **Novas mídias: o Twitter como ferramenta do Ministério Público**. Palestra para servidores e estagiários do Ministério Público Federal/Procuradoria Regional da República da 5ª Região. Recife, 26 ago. 2010

25. Palestra **A produção de provas na reforma do Código de Processo Penal**. Ministério Público da Paraíba/Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf). Seminário Reformas do Código de Processo Penal: Novas Perspectivas – 20 e 21 ago. 2010. João Pessoa, 20 ago. 2010
26. Palestra **Aspectos processuais da lavagem de dinheiro: investigação, competência, denúncia, produção de prova, medidas assecuratórias, administração de bens, alienação antecipada, perdimento de bens, efeitos civis da condenação, casos práticos**. Curso de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para o Ministério Público do Estado do Ceará – Programa Nacional de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). Fortaleza, 2 a 6 ago. 2010, palestra em 4 ago. 2010.
27. Debatedor na oficina **Segurança Jurídica na Obtenção de Provas e o Devido Processo Legal na Persecução Criminal**, com Pierpaolo Bottini (Ibccrim), Walter Nunes da Silva Júnior (CNJ), Roberto Lauria (OAB/PA), Vinícius Diniz Monteiro de Barros (DPU) e representante da ADPF, no II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado, promovido pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Associação Nacional dos Procuradores de Estado (Anape), Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) e Fórum da Advocacia Pública Federal. Brasília, 6 a 9 jul. 2010.
28. Palestra **Lavagem de Bens e Crime Organizado**. Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados – Curso “Novas Questões de Direito Penal, Direito Processual Penal e Execução Penal”. Recife, 27 maio 2010
29. Palestra **Denúncia: Técnica de Elaboração. Questões Relevantes**. Palestra para servidores e estagiários do Ministério Público Federal/Procuradoria Regional da República da 5ª Região. Recife, 22 abr. 2010
30. Integrante do painel **Major Emerging Economies in the Fight against Foreign Bribery: Brazil**, ocorrido em 9 dez. 2009 no colóquio **Major Emerging Economies in the Fight against Foreign Bribery**, presidido por Richard Boucher, Secretário Geral Adjunto da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com a presença de Mochammad Jasin (Indonésia), Gerhard Nel (África do Sul), Pakdee Pothisiri (Tailândia), Shareen Riley (África do Sul) e S.C.Sinha (Índia). Evento: **Foreign Bribery: Who Pays the Price?** – Château de la Muette (sede da OCDE), Paris, França
31. Palestra **Visão da Criminalística pelo Ministério Público Federal**. II Semana de Criminalística “A Perícia Essencial à Justiça”. Associação dos Peritos Criminais Federais. Auditório da Escola da Magistratura Federal da 5ª Região. Recife, 23 a 25 nov. 2009. Palestra em 24 nov. 2009.
32. Palestra **Ação de improbidade administrativa: uma análise crítica**. II Simpósio de Direito Processual Civil. Escola Superior de Advocacia da Paraíba. João Pessoa, 26 ago. 2009.
33. Painel **Interceptação telefônica e telemática: excessos, vazamentos e liberdade de imprensa**. I Fórum Nacional dos Juizes Federais Criminais (Fonacrim). Associação dos Juizes Federais (Ajufe). Demais integrantes do painel: Juiz Federal Sérgio Fernando Moro, Delegado de Polícia Federal Sandro Torres Avelar e Advogado da

União André Mendonça. Mediadora: jornalista Christina Lemos. Brasília, 28 abr. 2009.

34. **Palestra Aspectos processuais da lavagem de dinheiro.** Curso de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para a Polícia Civil de Santa Catarina – Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD). Ministério da Justiça / Polícia Civil de Santa Catarina. Academia de Polícia Civil de Santa Catarina, Florianópolis, 15 abr. 2009.
35. **Palestra Requisitos da denúncia.** VII Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procurador da República. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, 14 abr. 2009.
36. **Painel Súmula vinculante e ameaças à independência judicial.** XVIII Encontro da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região (Amatra/VI). Eco Resort do Cabo. Painel com o Juiz do Trabalho Rodney Doreto Rodrigues. Cabo de Santo Agostinho (PE), 25-28 mar. 2009.
37. **Palestra Denúncia: Técnica de Elaboração. Questões Relevantes.** VII Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores da República. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, 9 dez. 2008
38. **Palestra A Integração das Instituições de Controle.** Seminário O Tribunal de Contas no Sistema de Combate à Corrupção: Instrumentos de Fiscalização e Meios de Prova. Tribunal de Contas de Pernambuco / Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães. Recife, 20 nov. 2008
39. **Palestra Lavagem de Bens – Normas Processuais.** Seminário sobre a Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro e suas Implicações na Administração Tributária. Governo do Estado do Rio Grande do Norte / Secretaria de Estado da Tributação. Hotel Serhs. Natal, 18-19 set. 2008.
40. **Palestra Orientação profissional: Direito.** Ciclo de palestras sobre orientação profissional para estudantes do ensino médio. Colégio Marista São Luís. Recife, 17 set. 2008.
41. **Painel As ações oriundas das relações de trabalho: competência.** I Congresso Internacional de Direito e Processo do Trabalho. Instituto de Estudos Jurídicos e Políticos Miguel de Unamuno. Centro de Convenções do Hotel Tavares Correia. Demais integrantes do painel: Juiz de Direito Demócrito Ramos Reinaldo Filho, Juiz do Trabalho Hugo Cavalcanti Melo Filho. Garanhuns (PE), 19 jul. 2008.
42. **Palestra Lavagem de Bens.** Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados. Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Pesqueira (PE), jul. 2008.
43. **Palestra Lavagem de Bens.** Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados. Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Garanhuns (PE), 4 jul. 2008.
44. **Palestra Lavagem de Bens.** Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados. Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Gravatá (PE), 13 jun. 2008.
45. **Palestra Lavagem de Bens.** Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados. Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Recife, 2 jun. 2008
46. **Palestra Lavagem de Bens.** Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados. Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Recife, 26 maio 2008.

47. **Palestra Requisitos da denúncia.** Curso de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul / Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD). Porto Alegre, 13 maio 2008
48. **Palestra Lavagem de Bens.** Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados. Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Recife, 12 maio 2008.
49. **Painel Lavagem de Bens e Outros Valores.** 13º Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim). Painel com o Advogado Antenor Madruga. Hotel Gran Meliá Mofarrej. São Paulo, 8 a 11 out. 2007.
50. **Palestra Técnica da Denúncia na Lavagem de Bens.** Curso de Capacitação de Promotores de Justiça para Prevenção e Combate à Lavagem de Bens. Ministério Público do Rio de Janeiro. Procuradoria Geral de Justiça. Rio de Janeiro, 14 set. 2007
51. **Mesa redonda Justiça, Segurança e Direitos Humanos.** Seminário Final do Programa *Alfa Human Rights Facing Security* / III Encontro Anual da ANDHEP / IV Seminário Internacional de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba. Universidade Federal da Paraíba. Demais integrantes: Eduardo Bittar, Luciano Oliveira, Procurador Regional da República Luciano Mariz Maia, Guilherme Assis de Almeida. João Pessoa, 6 set. 2007.
52. **Palestra Reforma Política: Propostas e Visão do Ministério Público Federal.** I Congresso Piauiense de Direito Eleitoral. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Teresina, 23 a 24 ago. 2007. Palestra em 23 ago. 2007.
53. **Palestra Requisitos da denúncia.** 2º Curso de Aperfeiçoamento. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, 22 ago. 2007.
54. **Palestra O Ministério Público e o Poder Judiciário.** Curso de Iniciação à Magistratura. Escola de Magistratura Federal da 5ª Região. 6-10 e 13-17 ago. 2007.
55. **Palestra Elaboração da peça acusatória no crime de lavagem de dinheiro.** Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Lavagem de Dinheiro (PNLD). Ministério da Justiça / Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. São Paulo, 1º jun. 2007.
56. **Palestra Arresto e confisco de bens provenientes de lavagem e de organizações criminosas.** Workshop Organizações Criminosas e Lavagem de Dinheiro. Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Recife, 28 maio 2007
57. **Aula inaugural Deficiências do sistema brasileiro de justiça criminal.** Curso de graduação em Direito. Campus I da Faculdade Boa Viagem. Recife, 5 fev. 2007.
58. **Avaliação de Propostas da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (Encla) 2006.** XXIII Encontro Nacional dos Procuradores da República. Oficina II do Encontro. Associação Nacional dos Procuradores da República. Summerville Beach Resort, Praia de Muro Alto. Ipojuca (PE), 1º nov. 2006.
59. **Painel Improbidade administrativa: questões processuais controvertidas** (debatedor). Seminário A Defesa do Patrimônio Público e Social e a Lei de Improbidade Administrativa. 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Brasília, 11-13 dez. 2002

60. **Palestra Representação Fiscal para Fins Penais.** III Seminário Qualidade na Ação Fiscal. Secretaria da Receita Federal (SRF) / Superintendência Regional da Receita Federal na 4ª Região Fiscal (SRRF/4ª RF)/ Divisão de Fiscalização. Maragogi (AL), 3 dez. 2002
61. **Palestra Representação Fiscal para Fins Penais.** Seminário de Combate à Fraude. . Ministério da Fazenda / Escola de Administração Fazendária (Esaf). Florianópolis, 25-29 nov. 2002
62. **Palestra Crimes contra a ordem tributária.** Diretórios Acadêmicos da Faculdade de Direito do Recife e da Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 14 nov. 2002
63. **Palestra O Dever de Representar.** Seminário Tributação e Justiça Fiscal. Secretaria da Receita Federal / Superintendência Regional da Receita Federal na 4ª Região Fiscal. Hotel Salinas do Maragogi. Maragogi (AL), 13 nov. 2002
64. **Palestra STF – Modelo atual ou Corte Constitucional?** Seminário Modernização do Judiciário: Desafio do novo Milênio. Instituto de Desenvolvimento & Aperfeiçoamento Jurídico (Idaj). Recife, 17 out. 2002
65. **Palestra de abertura Lavagem de Dinheiro.** CXXVIII Seminário de Advogados do Banco do Brasil. Banco do Brasil S.A. Recife, 23 a 27 set. 2002.
66. **Palestra A Justiça Federal na Visão do Ministério Público Federal.** Justiça Federal em Foco (comemoração dos 35 anos da Justiça Federal). Seção Judiciária de Pernambuco, Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Recife, 20 set. 2002
67. **Palestra Representação Fiscal para Fins Penais.** Treinamento promovido pela Superintendência Regional da 4ª Região Fiscal da Secretaria da Receita Federal. Recife, 21 ago. 2002.
68. **Palestra Representação Fiscal para Fins Penais.** Encontro Mensal dos Auditores Fiscais da Previdência Social. Divisão de Arrecadação da Gerência Executiva no Recife do Instituto Nacional do Seguro Social. Associação dos Auditores Fiscais da Previdência em Pernambuco. Recife, 21 ago. 2002
69. **Palestra Representação Fiscal para Fins Penais.** Seminário Nacional de Combate às Fraudes. Coordenação Geral Aduaneira da Secretaria da Receita Federal. Salvador, 15 ago. 2002.
70. **Palestra/aula de encerramento Notas sobre o Princípio da Igualdade.** Escola Superior da Magistratura Trabalhista da 6ª Região. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Recife, 9 ago. 2002.
71. **Palestra Controle Judicial de Constitucionalidade das Normas.** I Fórum Nacional de Direito Processual. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco e Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Recife, 23 a 25 maio 2002
72. **Palestra Liminar em Ação Direta de Inconstitucionalidade: Requisitos.** I Fórum Nacional de Direito Processual. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco e Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Recife, 23 a 25 maio 2002.
73. **Palestra A interação do Ministério Público com os Tribunais de Contas no combate à corrupção.** V Encontro Técnico da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas — Os Tribunais de Contas e seus Desafios. Fe-

deração Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas (Fenastc). Centro de Convenções de Pernambuco. Recife, 24 a 26 abr. 2002.

74. **Palestra Poderes Investigatórios do Ministério Público.** II Curso de Iniciação para Procuradores da República. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, 11 a 26 fev. 2002
75. **Palestra Rito Ordinário do Código de Processo Penal.** II Curso de Iniciação para Procuradores da República. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, 11 a 26 fev. 2002
76. **Palestra Técnica de Elaboração de Denúncia.** II Curso de Iniciação para Procuradores da República. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, 11 a 26 fev. 2002
77. **Palestra Investigação Criminal pelo Ministério Público — Poderes Coercitivos, Requisições e Apoio da Polícia Judiciária.** II Seminário sobre Crime Organizado / VIII Fórum de Ciência Penal. Escola Superior do Ministério Público da União e Escola Superior do Ministério Público Estadual do Ceará. Hotel Marina Park. Fortaleza, 21 a 23 nov. 2001
78. **Palestra Arguição de descumprimento de preceito fundamental.** I Jornada de Discussões Jurídicas da Faculdade de Direito do Recife. Universidade Federal de Pernambuco / Faculdade de Direito do Recife / Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho. Centro de Convenções de Pernambuco. Recife, 25 a 27 out. 2001 (palestra em 26 out. 2001).
79. **Palestra Relação das Fundações de Apoio com as Universidades Públicas, na Perspectiva dos Órgãos de Controle.** XIX Encontro Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior. Associação das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior / Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior. Fortaleza (CE), 24-26 out. 2001. Palestra em 25 out. 2001.
80. **Palestra Aspectos Jurídicos da Contratação em face da Nova Realidade Competitiva (Aplicação da Lei nº 8.666/93).** Painel Telecomsult. Natal (RN), 28 jun. 2001
81. **Palestra Arguição de descumprimento de preceito fundamental.** Curso de Especialização em Direito Administrativo (Turma N-2). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 27 jun. 2001
82. **Palestra A Notícia-crime nos Delitos contra a Justiça do Trabalho.** Curso de Adaptação dos Novos Juizes do Trabalho Substitutos. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Recife, 13 jun. 2001
83. **Palestra A Notícia-crime nas Infrações Penais contra a Justiça do Trabalho.** X Encontro Regional dos Magistrados do Trabalho da 6ª Região. Encontro da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região. Cabo de Santo Agostinho (PE), 2-6 maio 2001
84. **Palestra Representação fiscal para fins penais: elementos imprescindíveis.** Seminário Qualidade da Ação Fiscal. Superintendência Regional da 4ª Região Fiscal da Secretaria da Receita Federal / Escola de Administração Fazendária (Esaf). Hotel Casa Grande. Gravatá (PE), 14 dez. 2000

85. **Painel Atuação do Ministério Público Federal no Combate e Prevenção da Lavagem de Dinheiro.** I Seminário sobre a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Delegacia Regional do Banco Central do Brasil. Painel com o Procurador da República Marcos Antônio da Silva Costa. Auditório do Banco Central do Brasil. Recife, 9 out. 2000
86. **Palestra Enriquecimento Ilícito.** Seminário Probidade na Administração Fiscal. Secretaria da Receita Federal / Superintendência Regional da Receita Federal na 4ª Região Fiscal / Escola de Administração Fazendária (Esaf). Recife, 23-25 ago. 2000, palestra em 24 ago. 2000.
87. **Palestra Lavagem de Dinheiro.** I Congresso das Américas de Ciências Criminais (Penal, Processo Penal, Criminologia e Vitimologia). Instituto Brasileiro de Estudos do Direito / Universidade Salgado de Oliveira / Bureau Jurídico. Centro de Convenções de Pernambuco. Recife, 17-20 maio 2000, palestra em 18 maio 2000.
88. **Palestra Novas Fronteiras do Direito.** IX Encontro Regional dos Magistrados do Trabalho da 6ª Região. Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região (Amatra/VI). Blue Tree Park Beach Resort. Cabo de Santo Agostinho (PE), 5-9 abr. 2000
89. **Comunicação Unificação de Inquéritos Policiais e Macrocriminalidade.** Encontro da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Pernambuco. Recife, 1º out. 1999.
90. **Palestra Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.** Encontro da Assessoria Jurídica Regional do Banco do Brasil S.A. Hotel Recife Palace. Recife, 27 set. 1999
91. **Palestra Aspectos Penais na Justiça do Trabalho.** Curso de Especialização. Escola da Magistratura Trabalhista da 6ª Região. Recife, 17 set. 1999
92. **Palestra/aula de encerramento Interpretação Constitucional.** Escola Superior da Magistratura Trabalhista da 6ª Região. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Recife, 6 ago. 1999
93. **Palestra A Natureza Política da Interpretação Constitucional.** Curso de Especialização em Direito Processual. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2 ago. 1999
94. **Palestra Reformas Constitucionais e Direito Adquirido.** Ciclo de Palestras da Justiça Federal. Seção Judiciária de Pernambuco / Centro de Estudos Juiz Hugo de Brito Machado. Auditório da Seção Judiciária de Pernambuco. Recife, 29 abr. 1998.
95. **Palestra Reforma Constitucional e Direito Adquirido.** VII Encontro Regional dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região. Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região (Amatra/VI). Intermare Village Resort, Serrambi. Ipojuca (PE), 1ª a 4 abr. 1998 (palestra em 2 abr. 1998).
96. **Palestra Ação rescisória em desapropriação.** VIII Seminário Nacional de Direito Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Natal, 11-14 nov. 1997.
97. **Palestra A hermenêutica judicial e a mutação do Direito.** VI Encontro Regional dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região. Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região (Amatra/VI). Gravatá (PE), 10 abr. 1997

98. Palestra **Remédios Constitucionais**. Atividade extracurricular de curso de Direito. Faculdade de Direito do Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub). Brasília, 6 nov. 1996
99. Palestra **O Ministério Público**. Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal. Brasília, 5 nov. 1996
100. Palestra **Recurso especial**. Atividade curricular da disciplina Direito Processual Civil 2 (professor Guilherme Fernandes Neto). Curso de Graduação em Direito da Universidade de Brasília. Brasília, 28 jun. 1996
101. Palestra **Instrumentos de atuação do Ministério Público**. Curso de Pós-graduação Lato Sensu "Ordem Jurídica e Ministério Público". Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 19 jun. 1996
102. Palestra **Ação civil pública**. Encontro Nacional de Procuradores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Brasília, 4 dez. 1995
103. Palestra **Recursos constitucionais**. Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Ordem Jurídica e Ministério Público. Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 20 nov. 1995
104. Palestra **Resistência, desobediência e desacato**. Treinamento Nacional sobre Representação Fiscal para Fins Penais. Secretaria da Receita Federal / Coordenação Geral do Sistema de Fiscalização / Divisão de Pesquisa e Investigação. Escola de Administração Fazendária (Esaf). Brasília, 6-10 nov. 1995 (palestra em 7 nov. 1995).
105. Palestra **Direito e Informação**. Seminário Serviços de Informação na Atualidade. Divisão de Documentação e Biblioteca do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Conselho Federal de Biblioteconomia, Conselho Regional de Biblioteconomia da Primeira Região e Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 9 maio 1995
106. Palestra **A importância da informatização jurídica e os centros de documentação jurídica no Brasil**. I Reunião do Centro de Documentação do Direito à Vida, com o tema Direito à vida e informática (rede de documentação entre os países latinos). Associazione di Studi Sociali Latino-americani (ASSLA) / Consiglio Nazionale delle Ricerche (CNR), da Itália / Senado Federal-Subsecretaria de Análise. Brasília, 29 ago. 1994.
107. Relatoria do Grupo de Trabalho sobre **Elevação de qualidade dos cursos jurídicos**. Seminário Nacional dos Cursos Jurídicos (tema "Elevação de Qualidade e Avaliação"). Ministério da Educação e Cultura / Secretaria de Ensino Superior / Comissão de Especialistas de Ensino de Direito. Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub). Brasília, 6-7 dez. 1993.
108. Palestra **Atuação cível e criminal do Ministério Público**. III Ciclo de Palestras para os Servidores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 5 nov. 1993.
109. Palestra **Estado de defesa e estado de sítio**. II Curso de Aperfeiçoamento para as Carreiras Jurídicas (pós-graduação *lato sensu*). Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 28 ago. 1993

110. Palestra **Intervenção**. II Curso de Aperfeiçoamento para as Carreiras Jurídicas (pós-graduação *lato sensu*). Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 27 ago. 1993
111. Palestra **Prática da Promotoria Militar do Distrito Federal**. III Curso de Adaptação dos Novos Promotores de Justiça Adjuntos. Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 23 ago. 1993
112. Palestra **O Ministério Público na defesa de outros direitos**. II Ciclo de Palestras para os Servidores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 28 maio 1993.
113. Palestra **Repartição constitucional de competências: os Estados-membros, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios**. II Curso de Aperfeiçoamento para as Carreiras Jurídicas (pós-graduação *lato sensu*). Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 20 maio 1993.
114. Palestra **Poder Executivo**. II Curso de Aperfeiçoamento para as Carreiras Jurídicas (pós-graduação *lato sensu*). Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 7 maio 1993
115. Palestra **Repartição constitucional de competências: a União**. II Curso de Aperfeiçoamento para as Carreiras Jurídicas (pós-graduação *lato sensu*). Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 14 maio 1993.
116. Palestra **Princípio da separação dos poderes**. II Curso de Aperfeiçoamento para as Carreiras Jurídicas (nível de pós-graduação *lato sensu*). Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 17 abr. 1993
117. Palestra **Recurso Especial, Embargos de Divergência e Agravo de Instrumento**. Curso de Direito Processual Civil. Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Pernambuco (OAB/PE). Painel com o Prof. Clito Fornaciari Júnior. Recife, 15 a 19 jun. 1992
118. Palestra **Aspectos práticos do recurso especial**. Atividade de capacitação. Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Pernambuco (OAB/PE). Recife, 16 jan. 1992
119. Palestra **Repetição do indébito tributário**. Curso de Aperfeiçoamento Acadêmico. Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Pernambuco (OAB/PE), Instituto dos Advogados de Pernambuco e Centro de Estudos Prof. Gustavo Paashaus. Recife, 29/5 a 9 jun. 1989

13. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE COMISSÕES JULGADORAS

- Membro da banca examinadora do XVIII Concurso para o Cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 6ª Região (2010) (<http://www.trt6.jus.br/index_sec.php?acao=18concursojuiz>), do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Membro titular da banca examinadora das provas escritas (2ª etapa) – prova discursiva.

- Membro da banca examinadora do Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador do Distrito Federal (2007). Concurso executado pela Escola de Administração Fazendária (Esaf).
- Membro da banca examinadora do XVII Concurso para o Cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 6ª Região (2006) (<http://www.trt6.gov.br/noticias/informeadm/upload/xviiconcurso_juiz_comissoes.doc>), do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Membro titular da banca examinadora da prova de Conhecimentos Gerais, 1ª fase do concurso.
- Membro da banca examinadora do XVI Concurso para o Cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 6ª Região (2004), do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Membro titular da banca examinadora da prova de Conhecimentos Gerais, 1ª fase do concurso.
- Membro da banca examinadora da V Seleção ao Curso de Preparação à Magistratura Trabalhista da Seção Região da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da 6ª Região (Esmatra), responsável pela matéria Direito Constitucional
- Membro da banca examinadora da IV Seleção ao Curso de Preparação à Magistratura Trabalhista da Seção Região da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da 6ª Região (Esmatra), responsável pela matéria Direito Constitucional, conforme Portaria 1, de 28 dez. 1999, do Diretor da Esmatra
- Membro da banca examinadora de teses de Direito Administrativo do III Congresso Internacional de Direito (Constitucional, Administrativo, Tributário e Filosofia do Direito), realizado no Centro de Convenções da Universidade Federal de Pernambuco nos dias 28 a 30 nov. 1999, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos do Direito (Ibed), Universidade Salgado de Oliveira (Universo) e Bureau Jurídico
- Membro da banca examinadora do concurso público para o cargo de Assistente de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran/DF), executado pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IDR) da Secretaria de Administração do Distrito Federal, em out/1995, responsável pela disciplina Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos (Ordem de Serviço 172, de 19 out. 1995, do Superintendente do IDR)
- Membro da banca examinadora do concurso público para o cargo de Agente de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran/DF), executado pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IDR) da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no 1º sem./1995, responsável pela matéria Direito Constitucional
- Membro da banca examinadora do concurso público para o cargo de Delegado de Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, executado pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IDR) da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no 1º sem./1995, coordenador da banca de Direito constitucional na prova oral (Ordem de Serviço 44, de 7 mar. 1995, do Superintendente do IDR)
- Membro da banca examinadora do concurso de seleção para o curso de pós-graduação *lato sensu* "Ordem Jurídica e Ministério Público", da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em nov/1994, responsável pela matéria Direito Constitucional

14. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO

- Membro da comissão examinadora do VI Curso de Ingresso e Vitaliciamento do Ministério Público Federal (2008). Avaliação de trabalhos de conclusão do curso, nas áreas: a) Obstáculos à efetividade do processo penal no combate à macrocriminalidade; b) interceptação das comunicações telefônicas: aspectos polêmicos; c) medidas cautelares penais: abordagem teórica e prática da previsão legal da formulação de representações pela autoridade policial. Escola Superior do Ministério Público da União.
- Membro da comissão examinadora do Curso Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais, oferecido a Juízes de Direito pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco (2008)

15. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS E SIMILARES

1. **Simpósio 20 Anos da Lei Orgânica do MPU**, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, 21-22 maio 2013.
2. **VI Encontro Nacional do Poder Judiciário**, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça em Aracaju, em 5 e 6 nov. 2012
3. **The Second Forum on Tax and Crime: A whole of government approach to fighting financial crime** (II Fórum sobre Tributos e Crime: uma Abordagem Integral da Luta contra o Crime Financeiro). Promovido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Roma, Itália, 14-15 jun. 2012.
4. **II Taller Sub-regional de Seguimiento sobre Cooperación Transnacional en Prevención y Lucha contra el Terrorismo y su Financiamiento**, promovido pelo Escritório da ONU contra a Droga e o Crime (UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime), pelo Ministério da Justiça e do Direito da República da Colômbia, pelo Governo do Canadá e pelo Comitê Interamericano contra o Terrorismo, da Organização dos Estados Americanos (OEA). Cartagena de Índias, Colômbia, 20 a 23 mar. 2012.
5. Moderador da mesa **Experiências Nacionais em Extinção de Domínio - Costa Rica**, no **Seminário Internacional de Extinção de Domínio**, promovido pelo Ministério da Justiça em Brasília, de 1ª a 4 set. 2009
6. **Simpósio Inovações Legislativas – Código de Processo Penal, Interceptação Telefônica e Lavagem de Ativos**, promovido pela Procuradoria Regional da República da 3ª Região, em São Paulo, 13 e 14 nov. 2008
7. Curso de aperfeiçoamento **Media training**, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União, no Recife, 3 jun. 2008
8. Curso de aperfeiçoamento **As Redes entre a Corrupção, os Crimes contra o Sistema Financeiro e a Lavagem de Dinheiro**, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União, em Brasília, 28 a 30 maio 2008 (15 horas-aula)

9. **Curso Investigación del Lavado de Activos en Sudamérica**, promovido pelo Grupo de Acción Financiera en Sudamérica (Gafisud), em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 2007
10. **Proyecto Piloto sobre la Formación y los Mecanismos de Seguimiento a la Capacitación en Derechos Humanos en Relación com el Sistema Interamericano de Derechos Humanos**, promovido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, EUA, 2007
11. **Curso IRS Money Laundering Training Program**, oferecido pela International Law Enforcement Academy Latin America (ILEA), dos Estados Unidos, em Lima, Peru, em 2006
12. **Curso Investigación Simulada en Caso de Lavado de Activo**, oferecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em Brasília (DF), em 2006
13. **IV Encontro Nacional da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal**, promovido pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – Brasília, 11 a 13 dez. 2002
14. **Seminário A defesa do patrimônio público e social e a Lei de Improbidade Administrativa**, promovido pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – Brasília, 11 a 13 dez. 2002
15. **Seminário Trafic de stupéfiants et blanchiment**, promovido pela Ecole Nationale de la Magistrature – Paris, França, 9-13 set. 2002
16. **Curso de Extensão em Direito Penal**; Escola Superior do Ministério Público da União e Universidade de Brasília; Brasília, 1ª sem./2001
17. **Encontro Nacional da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal** – Recife, 13-14 set. 2000
18. **II Encontro Nacional em Defesa do Patrimônio Público**; 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – Brasília, 28-30 set. 1998
19. **Curso Fundamentos do mercado financeiro**; Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) e Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F); Brasília, conclusão em 9 out. 1996
20. **IV Congresso Nacional de Direito Processual Civil, Trabalhista, Penal e Administrativo**; empresa Consultar e Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco; Recife, 2 a 4 maio 1996
21. **Treinamento sobre a Rede Local da Procuradoria da República no Distrito Federal**; Procuradoria da República no Distrito Federal; Brasília, 11 mar. 1996
22. **Curso sobre o Datasus (Sistema de Informática do Sistema Único de Saúde)**; Ministério da Saúde e Ministério Público Federal; Brasília, 26 a 28 set. 1995
23. **3ª Encontro Nacional de Direito Constitucional**; Instituto Brasileiro de Direito Constitucional — Instituto Pimenta Bueno; São Paulo, 23 e 24 set. 1994
24. **2ª Seminário das Fundações de Direito Privado do Estado de Minas Gerais**; Procuradoria Geral de Justiça de Minas Gerais e Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais; Belo Horizonte, 25 e 26 nov. 1993

25. **V Simpósio Nacional de Direito Civil e Processual Civil**; Instituto de Estudos Jurídicos e Escola Superior da Magistratura de Pernambuco; Recife, 30 set. a 2 out. 1993 (20 horas-aula)
26. **Seminário de Direito Tributário**; Faculdade de Direito do Recife / Universidade Federal de Pernambuco; Recife, 26 ago. 1990
27. **Curso Comunicações Verbais**; IOB/Cursos de Legislação Empresarial; curso a distância, certificado expedido em 8 set. 1989
28. **Simpósio de Direito do Trabalho**; Faculdade de Direito do Recife / Universidade Federal de Pernambuco; Recife, jun/1988
29. **Simpósio sobre Direito de Família**; Faculdade de Direito do Recife / Universidade Federal de Pernambuco; Recife, set/1987
30. **Curso sobre Sociedades Comerciais**; Faculdade de Direito do Recife / Universidade Federal de Pernambuco, Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho, Centro de Estudos Prof. Gustavo Paashaus e Instituto dos Advogados de Pernambuco; Recife, maio/1987
31. **Congresso Internacional de Direito do Trabalho**; Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, Academia Ibero-americana de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, Instituto Latino Americano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social e Academia Nacional de Direito do Trabalho; Fortaleza, mar/1987
32. **Seminário O Município e a Constituinte**; FIAM e AMUP; Recife, fev/1987
33. **Seminário A Reforma Agrária à Luz da Constituinte**; Universidade Católica de Pernambuco (Departamento de Ciências Jurídicas / Instituto de Direito Privado); Recife, maio/1986
34. **Seminário Nacional de Direito do Trabalho**; Instituto Pernambucano de Direito do Trabalho; Recife, set/1985
35. **Simpósio sobre Microempresas**; Faculdade de Direito do Recife / Universidade Federal de Pernambuco e Associação Brasileira de Pequenas Empresas; Recife, maio/1985
36. **Congresso de Direito Constitucional**; Faculdade de Direito do Recife / Universidade Federal de Pernambuco; Recife, mar/1984
37. **Redator Auxiliar (Curso Profissionalizante)**; Colégio Torres; Recife, 1981

16. CONHECIMENTO DE IDIOMAS

IDIOMA	LÊ	FALA	ESCREVE	COMPREENDE
Inglês	bem	bem	bem	bem
Francês	bem	bem	bem	bem
Espanhol	bem	bem	bem	bem
Alemão	pouco	pouco	pouco	pouco
Italiano	razoavelmente	não	não	razoavelmente

17. CURSOS E DIPLOMAS DE LÍNGUAS

- Ex-aluno do Centro Cultural Brasil-Alemanha, Recife (PE)
- Ex-aluno do Curso de Espanhol do Centro Cultural Brasil—Espanha, Recife (PE)
- **Certificat Pratique de Langue Française (premier degré)** — menção *très bien* (Certificado Prático de Língua Francesa — 1º grau — menção “muito bem”), expedido pela Université de Nancy II, de Nancy, França, em 21 jun. 1988
- Curso de língua francesa **Nancy I**, oferecido pela Aliança Francesa no Recife, em 1987
- **Certificate of Proficiency in English** (Certificado de Proficiência em Inglês), expedido por The University of Michigan — English Language Institute, de Ann Harbor, Estados Unidos da América, em 27 nov. 1982
- **Teachers’ Training Course** (Curso de Treinamento de Professores), oferecido pela Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos, em Recife, em 1982

18. OUTROS TRABALHOS TÉCNICOS

- **Poder de polícia, legalidade e controle ambiental.** Parecer elaborado em 27 maio 1991.
- **Imposto de importação. Fato gerador e incidência. Alíquota aplicável.** Parecer elaborado em 24 ago. 1989

19. APROVAÇÕES E HOMENAGENS

- **Legitimidade Privativa do Ministério Público para o Processo Penal Cautelar** – tese apresentada no 4º Congresso Nacional Virtual do Ministério Público, ocorrido no 2º sem./2010, e 3ª mais votada no congresso (<<http://www.congressovirtualnacionalmp.org.br>>), promovido pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público
- Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, na categoria Mérito Judiciário, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região em 13 maio 2002
- Membro honorário da Força Aérea Brasileira, conforme diploma expedido pelo Comando da Aeronáutica em 1º nov. 2000
- Professor da aula de encerramento da primeira turma do Curso de Especialização da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da 6ª Região, em 6 ago. 1999
- Artigo *A Estabilidade dos Servidores* (publicado na **Folha de S. Paulo**, em 21 jun. 1997) incluído nos Anais da Câmara Municipal de Guaratinguetá (SP), por força do Requerimento 39/97, do Vereador Fábio Germano Figueiredo Cabett, aprovado em sessão ordinária de 5 ago. 1997

- Aprovado em 1º lugar no concurso de seleção para o Curso de Mestrado em Direito e Estado da Universidade de Brasília (Faculdade de Direito/Coordenadoria de Pós-graduação em Direito) — sem divulgação de conceito numérico —, em dez/1995
- Aprovado em 2º lugar no Brasil no 13º Concurso para Procurador da República, conforme edital publicado no *Diário Oficial*, seção 3, de 2 jun. 1995, p. 10.142
- Elogiado individualmente pelo Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) pela atuação profissional, conforme deliberação na sessão de 16 fev. 1995, nos autos do processo 08190.000080-9/95
- Elogiado individualmente pela Procuradora Geral de Justiça do MPDFT “pela excelente qualidade de trabalho prestado, bem como a sua colaboração, dizendo que é pessoa de qualidades excepcionais, fácil relacionamento, educado, afável”, conforme certidão do Departamento de Recursos Humanos do MPDFT, de 6 abr. 1995
- Elogiado individualmente pelo Procurador de Justiça e membro do Conselho Superior do MPDFT, Adilson Rodrigues, por ser um “Promotor nota 10”, conforme certidão do Departamento de Recursos Humanos do MPDFT, de 6 abr. 1995
- Elogiado individualmente pela Procuradora de Justiça e membro do Conselho Superior do MPDFT, Zenaide Souto Martins, “louvando a dedicação, inteligência, brilhantismo e sua colaboração valiosa à instituição”, conforme certidão do Departamento de Recursos Humanos do MPDFT, de 6 abr. 1995
- Aprovado em 1º lugar no concurso de seleção para o Curso de Mestrado em Direito e Estado da Universidade de Brasília (Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Direito/Coordenadoria de Pós-graduação em Direito) — sem divulgação de conceito numérico —, em fev/1992
- Aprovado em 2º lugar no concurso de seleção para o Curso de Mestrado em Direito da Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco), com a média 9,00, em fev/1991
- Aluno laureado com maior média global da turma concluinte do curso de Direito da Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco), em dez/1988, com a média de 8,98
- Aprovado em 1º lugar no Brasil no concurso público para o cargo de Auxiliar Judiciário, realizado em 1987 pelo Conselho da Justiça Federal, conforme publicação no *Diário Oficial* de 24 jun. 1987, com a média 442,8
- Aprovado em 1º lugar no exame de seleção de monitores realizado pela Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco) para a disciplina Teoria Geral do Estado, em out/1986, com a média 9,28
- Aprovado no concurso externo para o Nível Básico da Carreira Administrativa do Banco do Brasil S.A., realizado em mar/1986
- Vencedor do Concurso de Tradução Charles Baudelaire, promovido pelo Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho, da Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco), na Semana da Poesia, de 7 a 11 out. 1985
- Aprovado no Concurso Vestibular de 1984, realizado em jan/1984 pelo Centro de Seleção para o Ensino Superior (CESESP), em Recife, para admissão ao curso de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, com a média 950,00

20. OUTRAS ATIVIDADES ACADÊMICAS, CIENTÍFICAS, CULTURAIS E DIVERSAS

- Presidente do painel **O hacker — agente criminoso virtual**, composto pelo advogado Alexandre Daoun e pelo Promotor de Justiça José Lopes Oliveira Filho, no I Congresso Internacional do Direito na Tecnologia da Informação, ocorrido no Recife, de 9-11 nov. 2000, promovido pelo Instituto Brasileiro da Política e do Direito da Informática (IBDI)
- Presidente da mesa na palestra **Papel e função do novo Ministério Público**, no Curso de Capacitação de Promotores de Justiça da Área Metropolitana do Recife, ocorrido no Recife, em 15 set. 2000, promovido pela Escola Superior do Ministério Público, do Ministério Público de Pernambuco
- Orientador da aluna Regina Helena Almeida de Jesus na monografia final do curso de pós-graduação *lato sensu* "Ordem jurídica e Ministério Público", da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em 1998
- Orientador do aluno Vinicius de Carvalho Madeira na monografia final do curso de pós-graduação *lato sensu* "Ordem jurídica e Ministério Público", da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em 1998
- Membro de comissão constituída pelo Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, pelo Ato 24, de 18 ago. 1995, destinada a elaborar anteprojeto do Regimento Interno da Faculdade de Direito, juntamente com os Professores Frederico Henrique Viegas de Lima e Humberto Jacques de Medeiros
- Presidente de Comissão constituída pelo Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, pelo Ato 17, de 23 maio 1995, destinada a elaborar proposta de criação de entidade cultural de direito privado vinculada à Faculdade de Direito
- Membro de comissão constituída pelo Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, pelo Ato 18, de 18 maio 1995, destinada a elaborar estudos e propostas sobre as transferências obrigatórias de estudantes, com os Profs. Ronaldo Rebello de Brito Poletti e Humberto Jacques de Medeiros
- Coordenador do ciclo de conferências **A Reforma do Código de Processo Civil**, realizado pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com o apoio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Escola Nacional da Magistratura e Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal, de 24 a 28 abr. 1995, em Brasília (DF)
- Coordenador do IV Curso de Adaptação dos Novos Promotores de Justiça Adjuntos, oferecido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em ago/1994
- Membro do Conselho Editorial da Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, conforme Resolução 9, de 9 set. 1993, e Resolução 1, de 10 mar. 1995, do Conselho Administrativo da Escola. Membro juntamente com a Procuradora de Justiça Ruth Kicis Torrents Pereira e Benis Silva Queiroz Bastos e os Promotores de Justiça Antônio Luiz Barbosa de Alencastro; Suzana Vidal Toledo Barros, Humberto Jacques de Medeiros e Andreilino Bento S Filho

- Coordenador do III Curso de Adaptação dos Novos Promotores de Justiça Adjuntos, oferecido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em ago/1993, juntamente com os Promotores de Justiça José Firmo dos Reis Soub, Jair Meurer Ribeiro, Rogério Schietti Machado Cruz e Laura Beatriz Castelo Branco Alves Semeraro Rito
- Diretor de Eventos da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de ago/1993 a jun/1995
- Coordenador da Comissão Editorial do **Jornal da Associação**, da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, conforme Portaria 2, de 4 maio 1993, de sua Presidente
- Membro de comissão constituída pela Resolução 5, de 9 mar. 1993, da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, destinada a planejar, organizar, acompanhar e avaliar os Cursos de Adaptação ministrados pela Escola aos Promotores de Justiça Adjuntos, quando do ingresso na carreira
- Presidente da 103ª Seção da 8ª Zona Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, na eleição para Presidente da República, realizada em 3 out. 1990
- Diretor da Escola de Aperfeiçoamento Profissional da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Pernambuco, conforme ato de seu Presidente e sessão solene de instalação, em 11 ago. 1989
- Primeiro Mesário da 102ª Seção da 8ª Zona Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, na eleição para Governador do Estado, realizada em 15 nov. 1988
- Membro da Secretaria Executiva e da Comissão Organizadora do XV Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito, realizado em out/1987, conforme Portarias 17/87 e 18/87, da Diretoria do Centro de Ciências Jurídicas (Faculdade de Direito do Recife), da Universidade Federal de Pernambuco, como representante do corpo discente
- Membro do Grupo de Trabalho para Apresentação de Proposta de Organograma Atualizado e Quadro Funcional para a Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco, como representante do corpo discente, conforme Portaria 17, de 15 dez. 1986, da Diretoria daquela Faculdade
- Membro do Colegiado do III Departamento (Teoria Geral do Direito e Direito Privado) da Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco), como representante do corpo discente, de out/1986 a ago/1987
- Membro do Colegiado do I Departamento (Direito Público Geral e Processual) da Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco), como representante do corpo discente, de out/1986 a ago/1987
- Membro do Conselho Departamental do Centro de Ciências Jurídicas (Faculdade de Direito do Recife), da Universidade Federal de Pernambuco, como representante do corpo discente, de set/1986 a mar/1988
- Coordenador de Grupo de Pesquisa da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Pernambuco, sobre as condições carcerárias do Presídio Professor Aníbal Bruno, na cidade do Recife, de 22 maio a 4 jun. 1987
- Co-organizador do **Curso sobre Sociedades Comerciais**, com o Prof. João Pinheiro Lins, na Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco.

Participantes: Profs. João Pinheiro Lins e Sylvio Loreto e Advogado José Henrique Wanderley Filho. Recife, 18-23 maio 1987.

- Remetente de proposta de dispositivos para a Constituição Federal de 1988, encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Nacional Constituinte, em jan/1987
- Presidente do Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho, da Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco), de set/1986 a out/1987

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, que todos os dados constantes das 33 folhas que compõem este *curriculum vitæ*, sem emendas, ressalvas ou rasuras, as quais vão encadernadas e por mim assinadas nesta página, constituem a expressão da verdade.

Brasília, 20 de maio de 2013.



WELLINGTON CABRAL SARAIVA

Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

DECLARAÇÃO

Para todos os fins de direito, sob as penas da lei, especialmente em face do disposto no art. 5º, II a IV, da Resolução 7, de 27 de abril de 2005 (alterada pela Resolução 22, de 2 de setembro de 2009), do Senado Federal, e do Ato 1, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal:

- a) **INFORMO** que não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do órgão responsável por minha indicação (a Procuradoria-Geral da República, órgão do Ministério Público Federal), nem mesmo de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo desse órgão;
- b) **DECLARO** que não cumpro nem jamais cumpri sanção criminal ou administrativo-disciplinar no Ministério Público Federal nem no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, assim como **DECLARO** não ter conhecimento da existência de procedimento algum dessa natureza contra minha pessoa;
- c) **DECLARO** que não sou membro do Congresso Nacional ou do Poder Legislativo de Estado da Federação, do Distrito Federal ou de Município nem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes;
- d) **DECLARO** que minha esposa YASMIN BARRÊTO BELIAN é Analista Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios desde junho de 1994, ocupante de cargo efetivo mediante aprovação em concurso público, atualmente lotada no Tribunal Regional Federal da 5ª Região; que meu pai, RÔMULO PEDROSA SARAIVA, foi advogado privado de 1978 a abril de 2009; que meu irmão RÔMULO PEDROSA SARAIVA FILHO é advogado privado desde 2007;

que minha irmã SORAYA CABRAL SARAIVA exerce ocasionalmente a advocacia privada desde fevereiro de 2002; e que meu tio RINALDO PEDROSA SARAIVA exerceu ocasionalmente a advocacia privada de 1987 a 2000; **DECLARO** ainda que nenhum desses parentes ou qualquer outro possui ou possuiu relação nem vinculação com o exercício de minhas funções no Ministério Público Federal;

e) **DECLARO** que nunca participei, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, sendo que, a título de investimento, possuo 100 ações ordinárias nominativas A (código VALE3) e 100 ações preferenciais nominativas (Vale PNA – código VALE5), da VALE S.A., 800 ações ordinárias nominativas (código BBAS3) do BANCO DO BRASIL S.A., 100 ações ordinárias nominativas (código PETR3) e 100 ações preferenciais nominativas (código PETR4) da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (PETROBRAS), e 77 ações ordinárias nominativas (código MGLU3) da empresa MAGAZINE LUIZA S.A., adquiridas por intermédio de minha conta corrente no BANCO DO BRASIL S.A.; **DECLARO** que essas ações têm sido regularmente declaradas à Secretaria da Receita Federal do Brasil; **DECLARO** ainda que, em relação a entidades não governamentais, fui Diretor e depois Vice-Presidente da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA (ANPR), respectivamente nos biênios 2007-2009 e 2009-2011, tendo encerrado o último mandato em 13 de maio de 2011, e Diretor de Eventos da FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, de ago/1993 a jun/1995;

f) **DECLARO** que não tenho conhecimento de dívida tributária de minha pessoa para com os fiscos federal, estaduais ou municipais, dos quais anexo as respectivas certidões negativas;

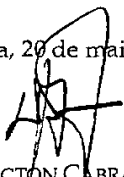
g) **DECLARO** que é do meu conhecimento apenas a existência de dois processos em que figuro como parte, os quais são os seguintes:

g.1) embargos de divergência em recurso especial 720.813/PE, da 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, relatora a Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira (convocada), decorrente da ação ordinária 0008063-33.2001.4.05.8300 (antigo 2001.83.00.008063-2), movida pelo declarante e colegas do Ministério Público Federal em face da UNIÃO, a fim de obter o pagamento de ajuda de custo em remoção a pedido, no âmbito do MPF (art. 227 da Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993); após acórdão desfavorável aos autores, foram interpostos embargos de divergência, os quais aguardam julgamento;

g.2) ação ordinária 0009424-41.2008.4.05.8300 (antigo 2008.83.00.009424-8), da 9ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, ajuizada por TARCÍSIO BARROS BORGES E OUTROS, inclusive o declarante, com a finalidade de obter a exoneração do pagamento de laudêmio sobre o imóvel de sua propriedade, em área considerada como terreno de marinha, no Município do Recife (PE); a ação encontra-se em fase de instrução;

h) **DECLARO** que, nos últimos cinco anos antes da primeira posse do declarante no cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (ocorrida em 15 de agosto de 2011), atuei apenas perante o Pleno e a 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, como representante do Ministério Público Federal, com exceção do período de 22 de fevereiro a 22 de março de 2007, em que fui designado pelo Procurador-Geral da República para exercer, em substituição, as funções de Subprocurador-Geral da República, com atuação perante a 5ª e a 6ª Turmas do Superior Tribunal de Justiça (Portaria PGR 49, de 13 de fevereiro de 2007).

Brasília, 20 de maio de 2013.



WELLINGTON CABRAL SARAIVA
Procurador Regional da República
Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO SENADO FEDERAL.

WELLINGTON CABRAL SARAIVA, brasileiro, casado, Procurador Regional da República, atualmente no cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, vem mui respeitosamente à presença de Vossas Excelências, para os fins do art. 1º, III, do Ato 1, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, apresentar a seguinte argumentação escrita, para ao final expor e requerer.

1. O requerente foi inicialmente indicado, em maio de 2011, pelo Procurador-Geral da República ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, a fim de ocupar a vaga destinada ao Ministério Público da União no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), consoante o art. 103-B, X, da Constituição da República (na redação da Emenda Constitucional 45, de 8 de dezembro de 2004). A indicação foi aprovada pela CCJ e, em seguida, pelo Plenário do Senado Federal, em virtude do que o requerente foi nomeado por decreto da Excelentíssima Presidente da República, em 12 de agosto de 2011, publicado no **Diário Oficial da União** 156, de 15 de agosto de 2011, data em que tomou posse iniciou o exercício da função.
2. Estando próximo o final deste mandato bienal, provavelmente mercê de seu trabalho no Conselho Nacional de Justiça, o requerente foi indicado à recondução pelo Procurador-Geral da República para tornar a ocupar a vaga destinada ao Ministério Público da União naquele colegiado.
3. Para os fins do citado art. 1º, III, do Ato 1/2007, o requerente pede vênha para ponderar a Vossas Excelências que acredita reunir as condições necessárias a mais uma vez ocupar dita vaga.
4. Do ponto de vista profissional, atua na área jurídica desde 1987, isto é, há quase 26 anos, quando iniciou sua prática na qualidade de estagiário da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco. Após colar grau em Direito, na Universidade Federal de Pernambuco, como aluno laureado, com a nota média global 8,98, em dezembro de 1988, passou a exercer advocacia militante tão logo obteve sua aprovação no exame de Ordem, em 1989. Desde agosto de 1987, era empregado do Banco do Brasil S.A., na área de câmbio, o que igualmente lhe proporcionou rica experiência profissional. Em janeiro de 1991, foi nomeado Assessor Técnico-judiciário do Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o Desembargador DEMÓCRITO REINALDO, época em deixou a advocacia por incompatibilidade legal. Em julho de 1991, foi empossado Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em face da nomeação do agora Ministro DEMÓCRITO REINALDO para

Justificativa

compor aquele Tribunal Superior. Com a aprovação no concorrido concurso para o cargo de Promotor de Justiça Adjunto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o requerente ingressou na carreira do Ministério Público em outubro de 1992. Em junho de 1995, veio a ser aprovado – em 2º lugar em todo o Brasil – no rigoroso concurso para o cargo de Procurador da República, quando então ingressou no quadro do Ministério Público Federal, onde se encontra até hoje, após haver sido promovido ao cargo de Procurador Regional da República em dezembro de 2003, com início do exercício na sua atual lotação em abril de 2004.

5. Por esse breve relato, podem Vossas Excelências constatar que o requerente teve oportunidade de atuar em algumas das principais profissões jurídicas, ou seja, na advocacia, na atividade-fim do Poder Judiciário, como assessor, e em dois ramos do Ministério Público da União. Com seu primeiro mandato, voltou a integrar o Poder Judiciário, compondo o Conselho Nacional de Justiça.

6. O requerente é mestre em Direito pela prestigiada Universidade de Brasília, tendo obtido aprovação de sua dissertação de Mestrado por banca composta por Ministros do Supremo Tribunal Federal, além de seu orientador. O tema de sua dissertação dizia respeito a problema ainda hoje tormentoso na Ciência do Direito: a natureza política da interpretação constitucional. Além disso, exerce a docência do Direito desde 1993, tanto na graduação quanto sobretudo na pós-graduação, em diferentes disciplinas, e integrou diversas bancas de concursos para cargos da magistratura judicial e da advocacia pública, entre outros. É coautor de sete livros, autor de 11 artigos publicados em periódicos e de 17 artigos publicados em jornais ou *sites* de notícias, de conteúdo técnico-jurídico. Tem ainda atuado intensamente como palestrante, perante diversos públicos, em órgãos e entes públicos e privados e em eventos científicos da área jurídica, tendo proferido até hoje pelo menos 119 palestras e conferências, inclusive em eventos internacionais no Brasil e no exterior (França, Colômbia).

7. Em relação a línguas estrangeiras, o requerente fala e escreve fluentemente em inglês, francês e espanhol, além de possuir algum conhecimento de italiano e alemão. Também por esse motivo, tem tido a honra de merecer seguidas designações para representar o Ministério Público Federal e o Conselho Nacional de Justiça em eventos internacionais, promovidos por organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial, o GAFI/FATF (*Groupe d'Action Financière / Financial Action Task Force*), este o principal organismo mundial no combate à lavagem de bens, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), entre outros.

8. No Ministério Público Federal, além de suas tarefas ordinárias da atuação judicial e extrajudicial, o requerente desempenhou uma série de atividades adicionais, pois é Coordenador do Grupo de Trabalho em Convenções Internacionais contra a Corrupção (GTCIC) e membro do Grupo de Trabalho em Lavagem de Dinheiro e Crimes Financeiros (GTLD), além de ter sido Corregedor Auxiliar da

Corregedoria-Geral do MPF; também foi um dos representantes do MPF na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), há vários anos, e vem sendo, também há anos, um dos instrutores dos cursos de iniciação dos novos Procuradores da República. Trabalhou nas Procuradorias da República de Goiás, do Distrito Federal e de Pernambuco. Exerceu a Chefia e a Coordenação Criminal da Procuradoria da República em Pernambuco e da Procuradoria Regional da República da 5ª Região. Já foi designado para exercer, em substituição, as funções de Subprocurador-Geral da República. Teve também a honra de desempenhar atividades associativas, quando ocupou, por dois biênios, os cargos de Diretor e depois de Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

9. No primeiro mandato no Conselho Nacional de Justiça, o requerente também assumiu diversas funções ao lado da tarefa cotidiana de julgamento de processos administrativos. Exemplos são as seguintes (em ordem cronológica inversa):

- ✚ Coordenador Geral do projeto “Diagnóstico e Fortalecimento dos Judiciários Estaduais por meio do Conselho Nacional de Justiça” (Portaria 89, de 17 de maio de 2013), com recursos do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Banco Mundial (BIRD);
- ✚ Coordenador do Grupo de Trabalho para diagnóstico e propostas sobre a Justiça Militar no Brasil;
- ✚ Coordenador do Painel II do **Seminário CNJ Acadêmico**, promovido pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ; Brasília, 11 e 12 abr. 2013;
- ✚ Presidente da Comissão Executiva Nacional do Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa (Portaria 197, de 14 nov. 2012, do Presidente do CNJ);
- ✚ membro da comissão de seleção dos projetos científicos do programa “Justiça Pesquisa” (convocação 1, de 24 out. 2012);
- ✚ colaborador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) como palestrante em diversos cursos de iniciação de novos juízes, desde set. 2012;
- ✚ representante do CNJ na 20ª Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Avaliação da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic), da Organização dos Estados Americanos; Washington, EUA, 7 e 10 a 14 set. 2012;
- ✚ encarregado de elaborar proposta de resolução para regulamentação ampla da Lei de Acesso à Informação no CNJ (matéria pendente de apreciação);
- ✚ encarregado de elaborar proposta de resolução para regulamentar a admissão de estagiários no Poder Judiciário (matéria pendente de apreciação);

- ✦ responsável pelo Serviço de Informações ao Cidadão, para atendimento da sociedade no cumprimento pelo Poder Judiciário da Lei de Acesso à Informação, desde maio 2012;
- ✦ Ouvidor do CNJ, desde 2011;
- ✦ representante do CNJ na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), desde 2011;
- ✦ membro da Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura, encarregada de supervisionar a implantação do projeto Processo Judicial Eletrônico (PJe), entre outras atribuições, desde 2011.

10. O requerente destaca alguns julgamentos de temas relevantes no Conselho Nacional de Justiça, nos quais proferiu o voto predominante:

- ✦ permissão para a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão fiscalizar se juízes estaduais residiam na comarca e realizavam audiência às segundas e sextas-feiras (PCA¹ 0003949-76.2011.2.00.0000);
- ✦ proibição de que juízes recebam remuneração durante o gozo de licença para tratamento de assuntos particulares (Consulta 0004685-94.2011.2.00.0000);
- ✦ proibição de que juízes editem atos normativos sem base legal para exigir cópia autenticada destinada à prova da representação de pessoa jurídica (PCA 0004607-03.2011.2.00.0000);
- ✦ voto para assegurar aos advogados o direito previsto no Estatuto da Advocacia (Lei 8.906, de 4 de julho de 1994) de serem atendidos no interior das varas de Fortaleza (CE) e não através de pequenos guichês e de forma indigna (PP² 0005896-68.2011.2.00.0000);
- ✦ anulação de ato normativo de tribunal que exigia petição escrita e fundamentada para que advogados pudessem obter cópia de autos de processos da vara ou tribunal, quando não estivessem sob sigilo (PCA 0005393-47.2011.2.00.0000);
- ✦ determinação para tribunal somente autorizar a residência de juiz fora da comarca em casos excepcionais, segundo critérios objetivos (PP 000484-25.2012.2.00.0000);
- ✦ voto pelo prosseguimento do processo disciplinar contra juiz, mesmo aposentado voluntariamente, com a possibilidade de mudança do título da aposentadoria, na hipótese de procedência da acusação disciplinar (PP 0000863-63.2012.2.00.0000);
- ✦ anulação, por simulação, de permutas entre servidores da Justiça de Minas Gerais, em casos nos quais um dos permutantes fora aprovado em concurso público e pedira exoneração dias depois da mudança de sede (PP 0000987-46.2012.2.00.0000);

¹ PCA = procedimento de controle administrativo.

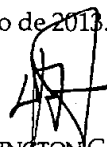
² PP = pedido de providências.

- ✚ manutenção da punição aplicada pelo Tribunal de Justiça de Goiás a juiz por manter processos com excesso de prazo de forma injustificada (RevDis³ 000110-09.2012.2.00.0000);
- ✚ autor da proposta de resolução destinada à divulgação nominal da remuneração de juízes, servidores e colaboradores do Poder Judiciário, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011) (Ato⁴ 0004034-28.2012.2.00.0000);
- ✚ manutenção da recusa de promoção, decidida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, de juiz suspeito da prática de ilícitos (PCA 0004097-53.2012.2.00.0000);
- ✚ determinação de que a seleção de estagiários no Tribunal de Justiça de Minas Gerais se faça por meio de processo impessoal, a fim de evitar favoritismos e perseguições (PCA 0006121-88.2011.2.00.0000);
- ✚ mediação de greve entre servidores e Tribunal de Justiça do Acre, que contribuiu para a aprovação de projeto de lei de plano de carreira e encerramento do litígio (PP 0006683-63.2012.2.00.0000);
- ✚ determinação ao Tribunal de Justiça do Amapá de execução imediata de decisão do CNJ para anular contratos de segurança armada privativa na residência dos desembargadores (CumprDec⁵ 0000754-49.2012.2.00.0000).

11. Pela sua experiência profissional, pessoal e acadêmica, o requerente crê que estará apto a prosseguir em sua modesta contribuição aos relevantíssimos trabalhos do CNJ, se tiver a honra de ter seu nome aprovado pelo Senado da República. A larga vivência em diferentes ramos do Direito, inclusive pelo contato com a realidade jurídica de diferentes Estados da Federação e até de outros países, enseja-lhe visão profunda da realidade do Poder Judiciário e dos aspectos em que necessita ser aprimorado. Isso, aliado à experiência adquirida em seu primeiro mandato, certamente auxiliará em sua futura atuação no CNJ, se aprovado por Vossas Excelências.

12. Por acreditar que, no Conselho Nacional de Justiça, poderá honrar a representação do Ministério Público da União e as expectativas da Sociedade Brasileira e de sua representação política no Congresso Nacional, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, é que vem pleitear a aprovação de seu nome por parte dessa augusta Câmara Alta.

Brasília, 21 de maio de 2013.

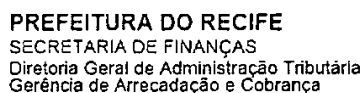


WELLINGTON CABRAL SARAIVA
Procurador Regional da República
Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça

³ RevDis = revisão disciplinar.

⁴ Ato = processo de ato normativo.

⁵ CumprDec = processo de acompanhamento de cumprimento de decisão.



Nº da Certidão
136581297

Certidão Negativa Débitos Fiscais

2. CMC

290.826-0

4. CNPJ/CPE

456.358.894-68

9997-02-2 PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

Certifico, de acordo com a legislação em vigor e na conformidade com os registros cadastrais / fiscais, nesta data, que o contribuinte de que trata a presente certidão está regularizado com o erário municipal no que concerne aos lançamentos relativos aos tributos municipais.

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

Esta certidão é válida por 60 (sessenta) dias a contar da data de sua expedição e sua autenticidade deverá ser confirmada na página www.recife.pe.gov.br/certidao/autenticidade.

Certidão equivalente ao Certificado de Regularidade Fiscal, nos termos da Lei 8.666/93 e abrange as esferas administrativa e judicial (dívida ativa).

A Prefeitura do Recife se reserva no direito de cobrar quaisquer dívidas que porventura venham a ser apuradas posteriormente, relativas ao período a que se refere a presente certidão.

10. Expedida em

Recife, 08 de MAio de 2013

Recife, 08 de MAio de 2013

**CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL**

Número da Certidão: 2013.000004759355-61 Data de Emissão: 08/05/2013

DADOS DO REQUERENTE

CPF: 456.358.894-68

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até 05/08/2013 devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página www.sefaz.pe.gov.br.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: WELLINGTON CABRAL SARAIVA
CPF: 456.358.894-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 23:22:54 do dia 08/05/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/11/2013.

Código de controle da certidão: **B384.251E.6C47.1C14**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, de 04/06/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF
OS:12697/2013

2

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 29, de 2013 (nº 216, 2013, na origem), do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que comunica ao Presidente do Senado Federal, na forma do disposto no inciso IV do art. 130-A, da Constituição Federal, a indicação do Juiz de Direito LEONARDO DE FARIAS DUARTE para compor o Conselho Nacional do Ministério Público no Biênio 2013/2015.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

Mediante o Ofício “S” nº 29, de 2013 (nº 216, de 2013, na origem), o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, encaminha ao Senado Federal, nos termos do inciso IV do art. 130-A, da Constituição Federal, a indicação, realizada em Sessão Administrativa de 19 de junho de 2013 naquela Corte Suprema, do Juiz de Direito LEONARDO DE FARIAS DUARTE para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no Biênio 2013/2015.

No ensejo, Sua Excelência encaminha o currículo do indicado e os documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, do Senado Federal, que trata do processo de exame da indicação de autoridades por esta Casa legislativa.

Nos termos constitucionais, os membros do CNMP, instituição incumbida do controle externo do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Conforme a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinar a indicação e proceder à sabatina dos indicados. E, nos termos desse mesmo ato normativo, cabe à pessoa indicada fornecer os

documentos que especifica, dentre os quais o seu currículo, que passamos a sumarizar.

O currículo fornecido por Leonardo de Farias Duarte principia com a anotação de que o indicado nasceu na cidade de Crato, Estado do Ceará, e bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) em abril de 2001. O indicado também é pós-graduado em Ciências Jurídico-Políticas II pela Universidade de Coimbra, Portugal, em 2006, tendo obtido, além disso, o grau de Mestre em Ciências Político-Jurídicas II pela mesma Universidade de Coimbra em 2008.

O Senhor Leonardo de Farias Duarte realizou diversos estágios na área jurídica, tendo sido Assessor Jurídico da Procuradoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia entre os anos de 2001 e 2002.

Em 6 de dezembro de 2002, foi empossado como Juiz de Direito do Estado do Pará e atuou em diversas comarcas desta unidade da Federação.

De 1º de agosto de 2008 a 31 de julho de 2010, foi Juiz Auxiliar do Supremo Tribunal Federal, atuando junto ao gabinete do Ministro Joaquim Barbosa.

De 1º de agosto de 2010 a 31 de julho de 2012, foi Juiz Instrutor do Supremo Tribunal Federal, atuando, igualmente, junto ao gabinete do Ministro Joaquim Barbosa.

Desde 1º de agosto de 2012 até a presente data, vem atuando como Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

O indicado possui um livro publicado, intitulado *Obstáculos econômicos à efetivação dos direitos fundamentais sociais*, Rio de Janeiro: Renovar, 2011. Também possui um artigo, *Direitos e Princípios no Contexto da Crise do Positivismo Jurídico*, publicado, em resumo, na Revista Consulex, nº 243, p. 19, e, na íntegra, na revista eletrônica Consulex.net.

Participou, ainda, na condição de Secretário, da comissão de estudos e redação do anteprojeto de lei complementar destinada a dispor sobre Estatuto da Magistratura, conforme Portaria nº 47, de 18 de fevereiro de 2013, do Presidente do Supremo Tribunal Federal; e, como membro, do

grupo de trabalho instituído para acompanhar o cumprimento da meta de combate à improbidade administrativa e ações penais correlatas definidas no VI Encontro Nacional do Judiciário, conforme Portaria nº 21, de 18 de fevereiro de 2013, do Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

Lecionou a disciplina *Impactos Econômicos e Sociais das Decisões Judiciais* nos dias 12 e 13 de abril de 2013, com um total de 20 horas-aula, no curso de formação inicial para juízes substitutos do Estado do Pará, ministrado na Escola de Magistratura daquele Estado, em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Foi debatedor no *Seminário Nacional: Inovações e Desafios da Nova Lei sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro*, na palestra intitulada *A Intencionalidade nos Crimes de Lavagem de Dinheiro*, proferida pela Sub-Procuradora-Geral da República, a Senhora Raquel Elias Ferreira Dodge; bem como no *Seminário Nacional de Probidade Administrativa*, no painel intitulado *O Papel do MP no Combate às Improbidades Administrativas*, apresentado pelo Conselheiro do CNMP e Procurador Regional da República, Senhor Mario Luiz Bonsaglia.

O currículo traz ainda outras atividades docentes e palestras de que participou o indicado, entre elas, na qualidade de palestrante, *O Papel do Judiciário na Tutela dos Direitos Fundamentais*, proferida em Brasília-DF, em outubro de 2008.

Em cumprimento ao disposto nos incisos II, III e IV do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, que trata do processo de indicações nesta Casa, o Senhor Leonardo de Farias Duarte encaminha as informações pertinentes, como a de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Poder Judiciário, que o indicou; de que não sofreu qualquer sanção criminal ou administrativo-disciplinar, não está em cumprimento de qualquer sanção e não teve nem tem contra si instaurados processos dessa natureza; de que não é membro do Congresso Nacional ou de casa legislativa de qualquer unidade federativa, nem cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses poderes; declarando, ainda, para os fins do disposto no art. 1º, II, c, do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sua situação fiscal é regular nos âmbitos federal, estadual e municipal.

4
4

Declara o indicado, ainda, para os fins do disposto no art. 1º, II, *a*, do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que possui irmão, de nome Lausemiro Duarte Pinheiro Júnior, que, após aprovação em concurso público, exerce o cargo de Procurador Federal desde 2 de agosto de 2002.

Para os fins do inciso *b* do mesmo dispositivo, declara o indicado que não participa nem participou como sócio, proprietário ou gerente, de empresa ou entidade não-governamental.

Para os fins do inciso *d* do mesmo dispositivo, declara o indicado que não figura na condição de autor ou réu em qualquer ação judicial em tramitação; e, para os fins do inciso *e*, que atuou perante os juízos e tribunais listados à folha 22 da documentação.

Por fim, o indicado redige uma argumentação escrita, nos termos do inciso III do art. 1º do referido Ato nº 1, de 2007, desta Comissão.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes desta CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

OFÍCIO
Nº S/29, DE 2013

Ofício nº 216 GP

Brasília, 19 de junho de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

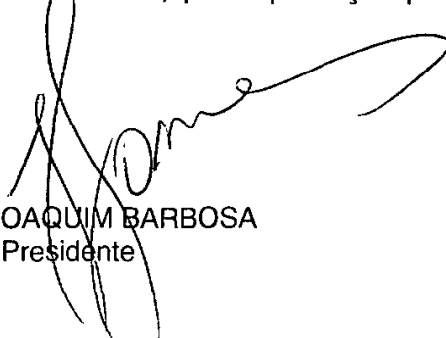
Assunto: Indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Sessão Administrativa realizada nesta data, o Supremo Tribunal Federal indicou, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público – Biênio 2013/2015, o Juiz de Direito LEONARDO DE FARIAS DUARTE, da Vara Única de São Miguel do Guamá, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, na forma do disposto no inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal.

Encaminho a documentação exigida pela Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005, e pelo Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apreciação por essa Casa Legislativa.

Atenciosamente,


Ministro JOAQUIM BARBOSA
Presidente

CURRICULUM VITAE

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

DADOS PESSOAIS

- Nome: **Leonardo de Farias Duarte**;
- Nacionalidade: brasileira;
- Naturalidade: Crato/CE;
- Data de nascimento: 30/11/1977;
- Filiação: Lausemiro Duarte Pinheiro e Mônica Maria Soares de Farias;
- Estado civil: divorciado;
- Profissão: **juiz de Direito do Estado do Pará (desde 6/12/2002)** e **juiz auxiliar** da Presidência do **Conselho Nacional de Justiça**, desde 1º de agosto de 2012;
- RG nº 504.467 - SSP/RO, CPF nº 645.705.412-91 e título de eleitor nº 91993723/30;
- Endereço: SHN, quadra 1, bloco C, CEP: 70.701-000, apartamento 1.611, Brasília/DF;
- Celular (55) 61 8108 0900 e telefone funcional (55) 61 3217 4151; e
- E-mail **leonardodfd@hotmail.com**.

FORMAÇÃO ACADÊMICA E CURSO DE EXTENSÃO

- **Mestre em Ciências Jurídico-Políticas II pela Universidade de Coimbra (Portugal)**, com a nota final de 16 (na escala de 0 a 20), equivalente a “bom com distinção”. Defesa em 26 de setembro de 2008. Título validado pela Universidade Federal de Minas Gerais.
- Pós-graduado em Ciências Jurídico-Políticas II pela Universidade de Coimbra, Portugal. Período: outubro de 2005 a outubro de 2006.
- Curso intitulado “Humanismo em Nove Lições”, realizado pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ, com seleção dos candidatos feita pela Escola Nacional da Magistratura - ENM. Período: 20 a 30 de junho de 2005.
- Bacharel em Direito pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR (*campus* de Porto Velho/RO), com a nota final de 81,94 (na escala de 0-100). Conclusão: abril de 2001.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- **Juiz auxiliar** da Presidência do **Conselho Nacional de Justiça**, desde 1º de agosto 2012.

- **Juiz instrutor do Supremo Tribunal Federal** (junto ao gabinete do ministro Joaquim Barbosa), de 1º de agosto de 2010 a 31 de julho de 2012.

- **Juiz auxiliar do Supremo Tribunal Federal** (junto ao gabinete do ministro Joaquim Barbosa), de 1º de agosto de 2008 a 31 de julho de 2010.

- **Juiz de Direito do Estado do Pará**, empossado em 6/12/2002, vitaliciado em 12/1/2005 (publicação no Diário da Justiça do Estado do Pará – DJ/PA na mesma data, p. 5), titularizado na Comarca de Brasil Novo em 3/5/2006 (conforme Ato Judicial nº 0023/2006 - SG, publicado no DJ/PA do dia 17/4/2006), removido para a Comarca de Cachoeira do Arari em 2/7/2007 (conforme Ato Judicial nº 0112/2007 – SJ, publicado no DJ/PA do dia 6/6/2007), promovido para a Comarca de Alenquer (2ª entrância) em 7/8/2007 (conforme Ato Judicial nº 0149/2007 – SJ, publicado no DJ/PA do dia 7/8/2007), removido para a 1ª Vara da Comarca de Cametá (2ª entrância) em 28/3/2008 (conforme Ato Judicial nº 45/2008 – SJ, publicado no DJ/PA do dia 28/3/2008) e removido para a Vara Única de São Miguel do Guamá (2ª entrância) em 13/9/2010.

- **Assessor jurídico** da Procuradoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia. Posse: 14 de setembro de 2001. Exoneração, a pedido: 17 de novembro de 2002.

- **Estagiário** do escritório de advocacia Robercílio Pinheiro – OAB/RO nº 010/01-3. Período: 1º de setembro de 2000 a 13 de setembro de 2001.

- **Estagiário** do escritório de advocacia Carlos Troncoso, Naza Pereira e Advogados Associados - OAB/RO 020/99, associado ao Escritório Bandeira de Mello e Advogados Associados. Período: janeiro a julho de 2000.

- **Estagiário** da procuradoria jurídica da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB - Superintendência Regional para Rondônia e Acre. Período: 1999. //

- Estagiário do departamento jurídico regional da Caixa Econômica Federal – Rondônia e Acre. Período: setembro de 1998 a julho de 2000.
- Estagiário da Superintendência da Polícia Federal no Estado de Rondônia. Período: 1998.
- Estagiário da comissão permanente de licitações da extinta Telecomunicações de Rondônia S/A - TELERON. Período: 1998.
- Estagiário da assessoria jurídica da extinta Telecomunicações de Rondônia S/A - TELERON. Período: 1997/1998.

APROVAÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS

- Juiz substituto do Estado do Pará, realizado pela Universidade de Brasília - UnB, em 2001 e 2002.
- Advogado do Banco da Amazônia S/A, realizado pela Universidade de Brasília - UnB, em maio de 2001 (1º colocado).

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES

- **Livro:** “*Obstáculos econômicos à efetivação dos direitos fundamentais sociais*”, Rio de Janeiro: Renovar, 2011, com prefácio do ministro Joaquim Barbosa.
- Artigo: “*Direitos e Princípios no Contexto da Crise do Positivismo Jurídico*”, publicado, em resumo, na Revista Consulex, nº 243, p. 19, e, na íntegra, na revista eletrônica Consulex.net. Disponível em: <www.consulex.com.br>. |

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES

- Integrante, como secretário, da comissão de estudos e redação de anteprojeto de lei complementar destinada a dispor sobre o Estatuto da Magistratura, conforme Portaria nº 47, de 18 de fevereiro de 2013, do presidente do Supremo Tribunal Federal.
- Membro do grupo de trabalho instituído para acompanhar o cumprimento da meta de combate à improbidade administrativa e ações penais correlatas definidas no VI Encontro Nacional do Judiciário, conforme Portaria nº 21, de 18 de fevereiro de 2013, do presidente do Conselho Nacional de Justiça.

ALGUNS CURSOS MINISTRADOS E ATUAÇÃO EM SEMINÁRIOS

- Curso de formação inicial para juízes substitutos do Estado do Pará, ministrado na Escola Superior da Magistratura daquele Estado em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, lecionando a disciplina intitulada “impactos econômicos e sociais das decisões judiciais”. O curso foi realizado nos dias 12 e 13 de abril de 2013, com o total de 20 horas-aula.
- Debatedor no “Seminário Nacional: Inovações e Desafios da nova Lei sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro”, na palestra intitulada “A Intencionalidade nos Crimes de Lavagem de Dinheiro”, apresentado por Raquel Elias Ferreira Dodge (sub-procuradora-geral da República). Seminário realizado pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no auditório do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília-DF, em 12.3.2013.
- Debatedor no “Seminário nacional de probidade administrativa”, no painel intitulado “O papel do MP no combate às improbidades administrativas”, apresentado por Mario Luiz Bonsaglia (conselheiro do CNMP e procurador regional da República). Seminário realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, Brasília-DF, em 1º.6.2012.
- Palestra intitulada “O papel do judiciário na tutela dos direitos fundamentais”, proferida na Unicesp, Brasília-DF, em 30 de outubro de 2008.

- Curso ministrado sob o título “Encargos Praticados em Contratos Bancários. Uma didática e Atualizada Análise Legal e Jurisprudencial”, realizado na Associação dos Magistrados do Estado do Pará - AMEPA, em março de 2007.
- Moderador do ciclo de palestras proferidas na IV Semana Jurídica do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA, tendo como palestrantes o prof. pós-doutor Luiz Guilherme Marinoni e a prof^a doutora Gisele Góes, realizado no hotel Valerry Dreams, Belém/PA, em outubro de 2004.
- Curso intitulado “Liminares e Antecipação de Tutela em Contratos Bancários”, ministrando a parte relativa a “Contratos Bancários”, realizado na escola Superior da Magistratura do Estado do Pará - ESM, em junho de 2004.

IDIOMA ESTRANGEIRO

- Inglês

Brasília, 20 de junho de 2013.


Leonardo de Farias Duarte

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução 7/2005 do Senado Federal, que não sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder Judiciário, que seja ocupante de cargo de provimento em comissão.

Brasília, 20 de junho de 2013.


Leonardo de Farias Duarte

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 5º, III, da Resolução 7/2005, do Senado Federal, que não recebi qualquer sanção criminal ou administrativo-disciplinar, que não estou em cumprimento de qualquer sanção e que não tive, nem tenho contra mim instaurados procedimentos dessa natureza.

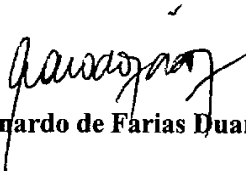
Brasília, 20 de junho de 2013.


Leonardo de Farias Duarte

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 5º, IV, da Resolução 7/2005, do Senado Federal, que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem possuo cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, que seja membro desses Poderes.

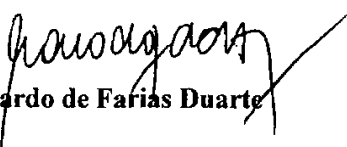
Brasília, 20 de junho de 2013.


Leonardo de Farias Duarte

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 1º, II, c, do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que minha situação fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, encontra-se regular.

Brasília, 20 de junho de 2013.


Leonardo de Farias Duarte

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 645.705.412-91

Nome da Pessoa Física: LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **15:31:09**: do dia **21/06/2013** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **CF0D.3BC5.090B.94CE**
A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LEONARDO DE FARIAS DUARTE
CPF: 645.705.412-91

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 15:25:11 do dia 21/06/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/12/2013.

Código de controle da certidão: **392B.5AEA.7543.A819**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Confirmação de Autenticidade das Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

CPF : 645.705.412-91

Data da Emissão : 21/06/2013

Hora da Emissão : 15:25:11

Código de Controle da Certidão : 392B.5AEA.7543.A819

Tipo da Certidão : Negativa

Certidão Conjunta **Negativa** emitida em 21/06/2013, com validade até 18/12/2013.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 199-00.746.620/2013
NOME : LEONARDO DE FARIAS DUARTE
ENDEREÇO : SQSW 101 BLOCO H APTO 509
CIDADE : ST SUDOESTE
CPF : 645.705.412-91
CNPJ :
CF/DF :
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 19 de Setembro de 2013.

Brasília, 21 de Junho de 2013.

Certidão emitida via internet às 15:43:28 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº DA CERTIDÃO	: 199007466202013
ARGUMENTO DE PESQUISA	: 64570541291
RESULTADO DA CERTIDÃO	: CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS
HORÁRIO DA EMISSÃO	: 15:43:28
DATA DA EMISSÃO	: 21/06/2013
DATA DA VALIDADE	: 19/09/2013
FINALIDADE	: JUNTO AO GDF
EMITIDA POR	: INTERNET

Brasília, 21 de Junho de 2013.

Validação de Certidão realizada no endereço www.fazenda.df.gov.br



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL



Inicial | Mapa do Site

A Secretaria | Endereços | Imprensa | Links

21 de Junho de 2013

CIDADÃO

EMPRESA

Busca:

Enviar

Acesso à Informação

▶ Clique para Serviços e Informações Pessoa Física

▶ Clique para Serviços e Informações Pessoa Jurídica

AgênciaNet

☐ Inicial |
 ☐ Serviços e Informações |
 ☐ Cidadão |
 ☐ IPVA - Serviços e Informações + Mais Serviços

Atendimento

▶ Renavam: 00274567776

Educação Fiscal

Informações do Veículo
 PLACA: NWA9221 CHASSI: 88CLCRFJYBG531310
 MODELO: I/CITROEN C4 20EXCSP F ANO: 2010
 AUTOMÓVEL: PARTICULAR
 COMBUSTÍVEL: ALCOOL/GA SOLINA%

Gestão Financeira

▶ NESTA DATA, NAO EXISTEM DEBITOS INSCRITOS EM
 DIVIDA ATIVA PARA ESSE VEICULO

Legislação

Licitações

Nota Fiscal

▶

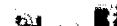
Nota Legal

Tribunal Administrativo

Serviços e Informações



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL



Inicial | Mapa do Site

A Secretaria | Endereços | Imprensa | Links

21 de Junho de 2013

CIDADÃO

EMPRESA

Busca:

Enviar

Acesso à Informação

▶ Clique para Serviços e Informações Pessoa Física

▶ Clique para Serviços e Informações Pessoa Jurídica

AgênciaNet

☐ Inicial |
 ☐ Serviços e Informações |
 ☐ Cidadão |
 ☐ IPVA - Serviços e Informações + Mais Serviços

Atendimento

▶ Resultado da Consulta

Educação Fiscal

Renavam : 00274567776
 Exercício : 2013

Gestão Financeira

▶ Mensagem : Não constam pendências para com a Secretaria de Fazenda.

Legislação

▶

Licitações

Nota Fiscal

Nota Legal

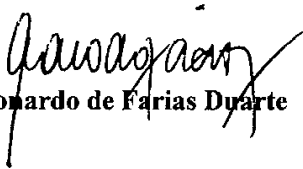
Tribunal Administrativo

Serviços e Informações

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 1º, II, *a*, do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que possuo um irmão, de nome Lausemiro Duarte Pinheiro Júnior, que, após aprovação em concurso público, exerce o cargo de Procurador Federal desde 2/8/2002 (matrícula Siape 013576178).

Brasília, 20 de junho de 2013.


Leonardo de Farias Duarte

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 1º, II, *d*, do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que não figuro na condição de autor ou réu em qualquer ação judicial em tramitação.

Brasília, 20 de junho de 2013.


Leonardo de Farias Duarte

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 1º, II, *e*, do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que atuei perante os seguintes juízos e tribunais:

(1) Vara única da Comarca de Brasil Novo (titularizado em 3/5/2006 e removido, a pedido, em 2/7/2007);

(2) Vara única da Comarca de Cachoeira do Arari (de 2/7/2007 até ser promovido em 7/8/2007);

(3) Vara única da Comarca de Alenquer (promovido em 7/8/2007 e removido, a pedido, em 28/3/2008);

(4) 1ª Vara da Comarca de Cametá (de 28/3/2008 a até ser removido, a pedido, em 13/9/2010);

(5) Supremo Tribunal Federal, como juiz auxiliar (de 1º/8/2008 a 31/7/2010) e juiz instrutor (de 1º/8/2010 a 31/7/2012) junto ao gabinete do ministro Joaquim Barbosa;

(6) Vara única de São Miguel do Guamá (desde 13/9/2010); e

(7) Conselho Nacional de Justiça, como juiz auxiliar da Presidência (desde 1/8/2012).

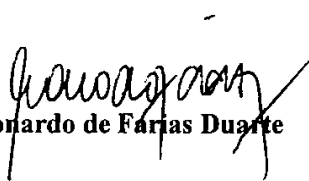
Brasília, 20 de junho de 2013.


Leopardo de Farias Duarte

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 1º, II, *b*, do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que não participo, nem participei como sócio, proprietário ou gerente de empresa ou entidade não governamental.

Brasília, 20 de junho de 2013.


Leonardo de Farias Duarte

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

Leonardo de Farias Duarte

Em atendimento ao disposto no art. 1º, III, do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, passo a narrar, de forma sucinta, minha experiência profissional e formação técnica, com o propósito de demonstrar afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Iniciei minha experiência profissional há mais de quinze anos, como estagiário da assessoria jurídica da extinta Telecomunicações de Rondônia S/A – Teleron, quando ainda estudante do curso de Direito, na Fundação Universidade Federal de Rondônia, Estado para onde me mudei com minha mãe e irmão, logo após a separação dos meus pais, quando eu tinha cinco anos.

Além do aprendizado prático – a complementar a formação teórica recebida na Universidade – o estágio propiciou, também, uma importante forma de ajuda financeira à minha família, que – após a separação dos meus pais, e durante a minha infância e adolescência – oscilou entre a classe baixa e a média baixa.

Após essa primeira experiência, fiz vários estágios, nas seguintes entidades, órgãos e escritórios de advocacia: comissão permanente de licitações da extinta Telecomunicações de Rondônia S/A; Superintendência da Polícia Federal no Estado de Rondônia; departamento jurídico regional da Caixa Econômica Federal – Rondônia e Acre; procuradoria jurídica da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab - Superintendência Regional para Rondônia e Acre; escritório de advocacia Carlos Troncoso, Naza Pereira e Advogados Associados - OAB/RO 020/99, associado ao Escritório Bandeira de Mello e Advogados Associados; e escritório de advocacia Robercílio Pinheiro – OAB/RO nº 010/01-3.

Logo depois de formado em Direito, fui convidado pelo meu ex-professor e procurador de Justiça Jackson Abílio de Souza, do Ministério Público do Estado de Rondônia, para atuar como seu Assessor Jurídico, tendo tomado posse em 14/9/2001.

Em maio de 2001, fui aprovado, em primeiro lugar, no concurso público de provas e títulos para o cargo de Advogado do Banco da Amazônia S/A. O certame foi realizado pelo Cespe, da Universidade de Brasília – UnB. Por necessitar ajudar financeiramente minha família, optei por não tomar posse nesse cargo e continuar como Assessor Jurídico do MPRO, //

porque a respectiva remuneração, diferentemente da de Advogado do Basa, permitia-me tanto auxiliar minha família, quanto arcar com os custos de viagens para fazer concursos em outros Estados.

Em 17/11/2002, pedi exoneração do cargo de Assessor Jurídico do MPRO, após ser aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de **Juiz de Direito** Substituto do Estado do Pará, no qual fui empossado em 6/12/2002. Após vitaliciado em 12/1/2005, fui titularizado na Comarca de Brasil Novo, em 3/5/2006. Também fui titular da Comarca de Cachoeira do Arari, para a qual fui removido, a pedido, em 2/7/2007. Em 7/8/2007, fui promovido para a Comarca de Alenquer (2ª entrância), sendo removido, a pedido, para a 1ª Vara da Comarca de Cametá, em 28/3/2008. Em 13/9/2010, fui novamente removido, a pedido, para a Vara única de São Miguel do Guamá.

Após realizar o sonho de ingressar na magistratura, retomei os estudos, paralelamente à intensa atividade profissional. Assim, após seleção feita pela Escola Nacional da Magistratura, tive a oportunidade de fazer o curso intitulado “Humanismo em Nove Lições”, realizado pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - Iuperj, no período de 20 a 30/6/2005.

Pouco tempo depois, no segundo semestre de 2005, iniciei o Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas II na **Universidade de Coimbra (Portugal)**. Em 26/9/2008, defendi a dissertação intitulada “*Obstáculos econômicos à efetivação dos direitos fundamentais sociais*”, tendo obtido o título de **mestre**, com a nota final de 16 (na escala de 0 a 20), equivalente a “bom com distinção”. O título foi validado pela Universidade Federal de Minas Gerais. A primeira fase desse mestrado rendeu, também, o título de pós-graduado em Ciências Jurídico-Políticas II, também pela Universidade de Coimbra.

Em 1º/8/2008, tive a felicidade de ter sido convocado pelo **Supremo Tribunal Federal**, para atuar como **Juiz Auxiliar** junto ao gabinete do ministro Joaquim Barbosa, tendo permanecido nessa função até 31/7/2010, uma vez que, a partir de 1º/8/2010, fui nomeado para a função de **Juiz Instrutor do Supremo Tribunal Federal**, também junto ao gabinete do ministro Joaquim Barbosa.

Os estudos na Universidade de Coimbra, aliados ao comprometimento do pouco tempo livre que o trabalho propiciava, foram essenciais para que eu pudesse escrever o **livro** intitulado “*Obstáculos econômicos à efetivação dos direitos fundamentais sociais*”, publicado pela editora Renovar (Rio de Janeiro), em 2011.

Tive, também, a grata satisfação de ter sido convidado para atuar em seminários e proferir palestras, como, por exemplo, o curso de formação inicial para juízes substitutos do

Estado do Pará, ministrado na Escola Superior da Magistratura daquele Estado em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, lecionando a disciplina intitulada “impactos econômicos e sociais das decisões judiciais”. Esse curso foi realizado nos dias 12 e 13/4/2013, com o total de 20 horas-aula.

Permaneci como Juiz Instrutor do STF até 31/7/2012, quando fui convocado para o cargo de **Juiz Auxiliar** da Presidência do **Conselho Nacional de Justiça**, tendo sido nomeado em 1º/8/2012. Desde então, exerço essa função.

Todas essas atividades exercidas deram-me a oportunidade, que acredito ter aproveitado, de adquirir experiência profissional e formação técnica em diversos ramos do Direito.

Espero, sinceramente, poder contribuir para que o Conselho Nacional do Ministério Público, para o qual tive a honra de ter sido indicado pelo Supremo Tribunal Federal, possa alcançar sua elevada e ampla missão, seja no controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, seja na fiscalização quanto ao cumprimento dos deveres funcionais dos seus membros, seja, ainda, no desenvolvimento de políticas e de ações preventivas e de aperfeiçoamento desta instituição essencial à garantia do Estado democrático de Direito.

Na expectativa de contar com a confiança do Senado Federal, reafirmo meu compromisso de cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis do Brasil, e de exercer com dedicação e prontidão as funções que me forem cometidas.

Brasília, 20 de junho de 2013.


Leonardo de Farias Duarte

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, de 25/06/2013.